



COMPROMISSO ATRAVÉS DO TEMPO

## Relatório Anual de Informações 2010

**FIBRA** Fundação  
Itaipu  
Brasil  
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

# Mensagem da Diretoria Executiva

## Caro participante e patrocinador

Vivemos em uma sociedade marcada pelo risco, em que as certezas de ontem sucumbem rapidamente aos acontecimentos de hoje, que se encarregam de criar novas verdades, necessidades e desafios.

Nesse cenário de constante mudança e instabilidade, a FIBRA tem a difícil – mas gratificante – missão de prover segurança em um mundo inseguro, com reflexos positivos na qualidade de vida, o que é demonstrado pelos inúmeros depoimentos de nossos aposentados e pensionistas, divulgados nos informativos.

A superação de nossos desafios exige a fidelidade aos valores da FIBRA: integridade, respeito às pessoas, ética, justiça nas decisões e prudência. Também exige o entendimento, a incorporação e a prática de conceitos como sustentabilidade, cooperativismo, solidariedade, responsabilidade, precaução e inovação, que devem sempre nortear a gestão da Entidade.

Esses valores e conceitos estão refletidos principalmente:

- (i) nas revisões do Regulamento, em prol da sustentabilidade do plano;
- (ii) na adoção de boas práticas de governança e na formalização do Comitê de Investimentos como órgão estatutário, em consonância com os princípios de responsabilidade e de precaução;
- (iii) na permanente defesa do interesse coletivo, com ênfase no conceito do cooperativismo previdenciário que caracteriza nosso Plano de Benefícios;
- (iv) na revisão da estrutura organizacional para assegurar o bom atendimento aos clientes, a excelência operacional dos processos e a gestão adequada dos riscos;
- (v) no aperfeiçoamento do processo de Planejamento Estratégico;
- (vi) na adoção de hipóteses e premissas atuariais adequadas ao cenário econômico e ao perfil dos participantes; e
- (vii) na participação na comunidade previdenciária.

Olhar para trás nos motiva a enfrentar o futuro. Devemos ser capazes de suprir as necessidades da geração presente sem afetar as possibilidades das gerações futuras. Precisamos estar cientes de que o equilíbrio entre a solidariedade e a sustentabilidade requer a percepção tanto das necessidades dos que recebem como das possibilidades dos que pagam.

Somos todos partes de uma mesma engrenagem: Participantes Ativos, Aposentados, Pensionistas; FIBRA e Patrocinador ITAIPU; Equipe Técnica, Diretoria, Conselho Deliberativo, Comitê de Investimentos e Conselho Fiscal. Somos todos impulsionados pela solidariedade que caracteriza nosso atual plano previdenciário, conhecedores dos limites e custos impostos pelos parâmetros técnicos e atuariais que definem a sustentabilidade, cientes da responsabilidade e comprometidos com as ações que preservem e defendam o interesse comum.

Os resultados de 2010, que apresentamos neste Relatório Anual, demonstram o acerto das estratégias e do modelo de gestão adotados pela FIBRA, fruto de um trabalho conjunto de muitos atores (Patrocinador, Colegiados, Diretoria Executiva, Colaboradores e Participantes), aos quais agradecemos o apoio e a confiança.

FIBRA – CUIDANDO DO SEU FUTURO!

Boa leitura,

Diretoria Executiva



# Síntese dos Resultados 2010

Mesmo diante das incertezas do cenário macroeconômico, os resultados obtidos com os investimentos da FIBRA em 2010, foram positivos. Apesar do quadro de instabilidade, especialmente na parcela referente ao segmento de renda variável, a rentabilidade marcada a mercado registrou ganhos de 14,49%, ou seja, 118,19% da meta atuarial prevista para o ano. Além disso, em períodos maiores, como 24, 36 e 60 meses, os resultados da FIBRA vêm apresentando desempenho constante e são superiores às necessidades atuariais.

Valores em %

Rentabilidades	2010	24 meses	36 meses	60 meses
<b>FIBRA (contábil)</b>	11,47	36,37	37,66	91,13
<b>FIBRA (marcação a mercado)</b>	14,49	44,78	44,04	104,51
IPCA+6%	12,26	24,13	36,23	66,27
IPCA	5,91	10,48	16,99	26,05
SELIC	9,88	20,79	35,87	74,92
IBOVESPA	1,04	84,55	8,43	107,14

## Desempenho

O superávit acumulado pela FIBRA ao final de 2010 foi de R\$ 150,3 milhões, já considerado o bom desempenho dos investimentos nos últimos anos (que compõem o Ativo Líquido) e a variação das necessidades de recursos para honrar o compromisso com os participantes (Passivo Atuarial).

Reservas	2009 R\$ Mil	2010 R\$ Mil	Varição R\$ Mil	Varição %
Reserva Matemática (Passivo Atuarial) <sup>1</sup>	1.577.016	1.810.764	233.748	14,82%
Reserva de Benefícios Concedidos	981.384	1.150.742	169.358	17,26%
Reserva de Benefícios a Conceder	637.958	704.230	66.272	10,39%
Reserva a Amortizar	(42.326)	(44.208)	(1.882)	4,45%
Reserva Técnica (Ativo Líquido) <sup>2</sup>	1.731.812	1.961.109	229.297	13,24%
<b>Resultado Acumulado</b> <sup>3</sup>	<b>154.796</b>	<b>150.345</b>	<b>(4.451)</b>	<b>(2,87%)</b>

<sup>1</sup> **Passivo Atuarial (denominado Reserva Matemática):** representa o valor atual dos compromissos atuais (benefícios concedidos) e futuros (benefícios a conceder), já descontada a expectativa do recebimento de contribuições futuras.

<sup>2</sup> **Ativo Líquido (denominado Reserva Técnica):** representa a parcela líquida do patrimônio reservada especificamente para a cobertura dos compromissos com benefícios concedidos e a conceder, já descontadas as provisões diversas, em especial para questões tributárias.

<sup>3</sup> **Resultado Acumulado (Superávit):** representa o resultado da diferença entre a evolução do Ativo Líquido e do Passivo Atuarial.

No superávit da FIBRA não está incluída a folga resultante da aquisição de títulos federais, que estão precificados ainda pelas taxas de aquisição. Caso esses títulos fossem precificados a mercado em 31 de dezembro de 2010, o superávit da FIBRA seria acrescido de R\$ 128 milhões.

No exercício foram realizadas adequações no passivo atuarial, conforme quadro abaixo.

Valores em R\$ milhões

Reversões e Provisões adicionais realizadas pela FIBRA	
65,7	Reversão do fundo para a futura redução da taxa de juros para 5,75%
(64,1)	Impacto decorrente da alteração da taxa real de juros para 5,75%
4,2	Impacto decorrente da substituição da Tábua de entrada em invalidez
(6,1)	Para a hipótese de crescimento salarial e rotatividade
<b>0,3</b>	<b>Total do impacto no Superávit</b>

◀ **Compromisso com o Futuro**

Esse resultado inclui a reversão do Fundo de Oscilação de Rentabilidade Atuarial, no valor de R\$ 65,7 milhões, além das provisões adicionais de R\$ 66,0 milhões, realizadas pela FIBRA em 2010, que buscam garantir o compromisso de longo prazo do Plano de Benefícios.

## Perfil dos Participantes

A FIBRA encerrou 2010 com o índice de adesão entre os empregados de 99,09%. O número total de participantes ativos foi de 1.522 e o de assistidos de 1.292, entre aposentados e pensionistas. Durante o ano foram concedidos 94 benefícios (114 se somadas às pensões) e houve 121 inscrições, o que colaborou para reduzir a idade média dos participantes ativos para 42,55 anos. O valor pago em benefícios aumentou 12,11%, passando de R\$ 84,9 milhões em 2009 para R\$ 95,2 milhões em 2010.

O aumento na quantidade de aposentadorias e pensões e o simultâneo ingresso de novos participantes resultaram num acréscimo de 3,97% no número de pessoas abrangidas pelos benefícios da FIBRA. Em contrapartida, esses números ampliam a responsabilidade e a consequente necessidade de aprimoramento no processo de gestão da FIBRA.

Para atender a essa nova realidade, em abril de 2010 foi implantada na Fundação uma nova estrutura organizacional com o objetivo de fortalecer a sustentabilidade do Plano de Benefícios e o compromisso com as melhores práticas de governança em todos os processos. Nesse novo contexto, a posição do participante como ator principal foi reforçada no desenho dos processos de negócio, de forma a proporcionar uma infraestrutura adequada para perceber e antecipar suas necessidades e supri-las da melhor forma possível.



## A FIBRA em Números

Resultados apurados no encerramento do exercício de 2010

<b>1.522</b>	participantes ativos, o que representa 99,09% do total de empregados
<b>1.292</b>	beneficiários aposentados e pensionistas
<b>3.957</b>	total de beneficiários (incluindo dependentes)
<b>94</b>	participantes que se aposentaram
<b>121</b>	empregados novos que aderiram ao Plano
<b>42,55 anos</b>	idade média dos participantes ativos
<b>63,36 anos</b>	idade média dos participantes assistidos (aposentados)
<b>98 anos</b>	idade do assistido mais idoso
<b>19 anos</b>	idade do participante ativo mais jovem
<b>12.323</b>	atendimentos realizados
<b>1.448</b>	empréstimos concedidos
<b>36</b>	empregados do quadro
<b>30.863</b>	acessos ao site
<b>95,2 milhões</b>	pagos em benefícios (12,11% a mais que 2009)
<b>975,8 milhões</b>	pagos em benefícios, desde a criação da FIBRA (corrigido pelo INPC)
<b>13,8 milhões</b>	recolhidos a título de tributos (em seu nome e em nome dos participantes)
<b>14,49%</b>	rentabilidade geral dos investimentos (marcada a mercado)
<b>11,47%</b>	rentabilidade geral dos investimentos (contábil)
<b>12,26%</b>	meta atuarial para a rentabilidade geral dos investimentos
<b>34º de 267</b>	posição no ranking dos investimentos dos Fundos de Pensão no Brasil (Fonte: ABRAPP –set.2010)
<b>38</b>	horas em reuniões realizadas pelo Conselho Deliberativo
<b>44</b>	horas em reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal
<b>40</b>	horas em reuniões realizadas pelo Comitê de Investimentos
<b>376</b>	horas de auditorias realizadas na Fundação

## Origem e Destinação dos Recursos

O quadro abaixo apresenta informações resumidas sobre a origem e o destino dos recursos em 2010, demonstrando, também, a importância da função social da Entidade.

Origem dos Recursos	R\$ mil	%
<b>Contribuições previdenciais</b> (Patrocinadores)	27.755	10,00
<b>Contribuições previdenciais</b> (Participantes Ativos e Assistidos)	24.061	8,66
<b>Rendimentos dos Investimentos</b> (Antes dos impostos)	201.835	72,69
<b>Remuneração da rescisão da dação em pagamento em imóveis</b>	14.616	5,26
<b>Outras</b> (Sobrecarga Administrativa e outras)	9.408	3,39
<b>Total da Origem dos Recursos</b>	<b>277.675</b>	<b>100,00</b>

Destinação dos Recursos	R\$ mil	%
<b>Participantes Ativos e Assistidos</b>		
Pagamento de Benefícios (líquidos de IR)	84.055	
Constituição de provisões Matemáticas	233.748	91,70
Constituição de Fundo Previdencial (atuarial)	(58.708)	
Constituição de Superávit Técnico	(4.450)	
<b>Governo</b> (Imposto de Renda, INSS, FGTS)	13.802	4,95
<b>Empregados</b> (Salários, 13º salário, férias, plano de saúde, previdência privada e seguro)	5.040	1,82
<b>Fornecedores</b> (Atuário, advogados, manutenção de <i>software</i> , administração de investimentos e outros)	991	0,36
<b>Diversos</b> (Aluguéis, materiais de expediente, água, luz e telefone, etc.)	1.611	0,59
<b>Constituição do Fundo Administrativo no exercício</b> (Sobra de recursos administrativos / rentabilidade do saldo existente)	1.586	0,58
<b>Total de Recursos Destinados <sup>(1)</sup></b>	<b>277.675</b>	<b>100,00</b>

<sup>(1)</sup> Não inclui despesas com custódia, depreciação de imóveis e demais despesas de investimentos.

# Gestão Estratégica

## Governança Corporativa

### Melhores Práticas ▶

A FIBRA aperfeiçoa, a cada dia, seu sistema de gestão com o objetivo de manter-se permanentemente comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, agindo com **transparência e respeito** para com seus participantes e assistidos, levando a efeito a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. De acordo com a Universidade de Berkeley (EUA), mais de 90% das informações no mundo contemporâneo nascem em formato eletrônico, e na FIBRA não é diferente. Diante desse cenário, torna-se indispensável o fomento a iniciativas que garantam maior confiabilidade, não somente à tecnologia da informação, mas aos processos de negócio e às pessoas no que diz respeito aos aspectos culturais e à postura profissional de cada indivíduo.

Com esse fim, uma série de ações foram iniciadas, as quais certamente fortalecerão as perspectivas de continuidade e sustentabilidade do negócio. A gestão estratégica é propulsora dessa melhoria, em consonância com o amadurecimento do modelo. Sob essa orientação, foram aperfeiçoados a estrutura de virtualização de servidores; a segregação de ativos de conectividade de rede; o ambiente remoto (site de contingência da Fundação); e a sincronização de bases de dados remotas on-line para sistemas com consulta via WEB, bem como implantado o Certificado Digital na Área do Participante no website da FIBRA (ambiente seguro).

A própria governança foi aprimorada, gerando **eficiência** nos processos internos da FIBRA, destacando-se nesse sentido a implantação da metodologia Cobit que propicia uma governança de tecnologia da informação (TI) efetiva – e a adoção da metodologia de gestão de projetos ágeis (Scrum). A criação do Comitê de Disponibilidade da Informação, com a unificação dos Comitês de Segurança da Informação, de Continuidade de Negócios e de Tecnologia da Informação, proporcionou <sup>(i)</sup> uma visão mais integrada dos processos; <sup>(ii)</sup> a adequação de todos os documentos de acordo com padrões definidos, equilibrando o ciclo de vida da informação; <sup>(iii)</sup> a organização do acervo de documentos presentes em nosso custodiante; e <sup>(iv)</sup> a consolidação dos mecanismos de segurança de acesso a dados nos diversos sistemas em uso.

A informação, insumo básico para a tomada de decisão, também teve papel relevante em mais uma etapa de desenvolvimento do sistema de Business Intelligence, gerando novos conjuntos de indicadores de negócio para apoio à gestão. Com isso, a FIBRA dá o primeiro passo rumo ao aperfeiçoamento da infraestrutura tecnológica em conjunto com seus processos de negócio, fortalecendo a base de apoio do negócio e o avanço na consolidação da boa governança.



## Confiança e Satisfação dos Participantes

A satisfação e a confiança dos participantes são o bem mais valioso que a FIBRA possui. Os elevados índices obtidos em 2010 apontam para o sucesso do esforço coletivo na busca da excelência empreendida nos últimos anos pela Diretoria, pelos Colaboradores e pelos Órgãos Colegiados.

Os resultados são demonstrados pela pesquisa de satisfação anual realizada entre os participantes ativos e assistidos. Em 2010, numa escala de 0 a 10 e com grau de confiança de 95%, a nota média geral foi de 9,1.



**9,1** Nota média geral dada à FIBRA

**97%** dos ativos consideram os investimentos da Fundação “bem administrados”

**97%** dos ativos mostraram-se satisfeitos com a transparência das informações prestadas

**94%** dos ativos têm “confiança no plano de aposentadoria”

**99%** dos ativos e assistidos estão satisfeitos com a “qualidade do atendimento”

**99%** dos assistidos estão satisfeitos com a transparência das informações prestadas

**95%** dos assistidos consideram “ótima” a administração dos investimentos

**94%** dos assistidos se sentem “seguros” em relação à aposentadoria

## Nova Estrutura Organizacional

Em abril, um novo momento na existência da FIBRA foi iniciado com a transição da estrutura organizacional da Entidade. As ações abrangeram mudanças de nomenclatura das gerências, passando pela eliminação de algumas e a criação de outras, movimentações de pessoas e alterações físicas no ambiente. Com isso, os processos ganharam mais nitidez, as novas atribuições geraram maior agilidade e flexibilidade na operação e os bons resultados não demoraram a aparecer.

O novo organograma é composto pela Diretoria Executiva, pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal e pelo Comitê de Investimentos, em sua estrutura hierárquica, e por Comitês Multifuncionais que operam sob a forma de estrutura matricial.

A Diretoria Executiva é composta pela Superintendência, que a preside, na qual estão a Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos e a Gerência Financeira; pela Diretoria de Seguridade, onde se encontram as Gerências do Plano de Benefícios e de Relacionamento com o Participante, além do Escritório de Foz do Iguaçu; e pela Diretoria de Administração e Processos, a que se reportam as Gerências Administrativa e de Informações e Processos.

As novas atribuições desenhadas transmitem uma preocupação muito forte com a sustentabilidade do negócio, aliada à excelência operacional e, principalmente, ao fortalecimento do atendimento aos participantes.

◀ **Compromisso com o Futuro**



## Desenvolvimento da Equipe Técnica

No exercício de 2010 ocorreram alterações no quadro de pessoal da Fundação, com a redução do número de empregados de 37 para 36, em virtude de duas aposentadorias ocorridas no decorrer do ano contra apenas uma contratação. O quadro de empregados da FIBRA está distribuído entre as áreas de previdência, investimentos e administrativa. Um total de 94% dos colaboradores têm graduação em nível superior. Destes, 68% já completaram a pós-graduação e 9% estão em curso.

A FIBRA, ao buscar a **excelência no atendimento** aos participantes e o aprimoramento constante de sua **gestão administrativa**, atualiza seus profissionais desde o processo de admissão, inclusive com o treinamento dos dirigentes. Em 2010, como resultado dessa política de desenvolvimento contínuo, foram promovidas ações voltadas para o aprimoramento da gestão administrativa e para a satisfação dos participantes com os serviços e resultados obtidos pela Fundação, tais como:

- 1.671,5 horas de treinamentos técnicos e gerenciais (46,5 horas por empregado, em média);
- implementação de novo sistema de Gestão de Performance dos empregados, compreendendo Avaliações de Competências, de Capacitação e de Resultados, para nortear a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Profissional, a ser implementado em 2011, para cada um dos empregados;
- participação de Conselheiro da FIBRA em curso de Capacitação de Dirigentes de Fundos de Pensão, realizado pela Previpar em convênio com a Universidade Positivo.

## Planejamento Estratégico

A FIBRA utiliza metodologia de *Balanced Score Card* (BSC) para seu planejamento estratégico, com a confecção de painel de indicadores de negócio e inclusão de metas vinculadas à Participação nos Resultados.

O planejamento é realizado anualmente pelo Comitê de Gestão Estratégica, composto por um grupo multifuncional alinhado com a Diretoria Executiva da FIBRA, o qual define a **postura** e os **objetivos estratégicos** que determinam “intervenções” (projetos estratégicos).

Esse Planejamento Estratégico associado com o Programa de Participação nos Resultados tem motivado a equipe a superar os desafios estabelecidos, de acordo com as necessidades da FIBRA.

Resultados alcançados

**94,11%**  
Planejamento Estratégico



**97,69%**  
Participação nos Resultados



**98,88%**  
Gestão de Riscos



Evolução dos Indicadores de Desempenho da FIBRA em 2010  
Compromisso da Equipe com os Resultados de Gestão

# Gestão de Investimentos

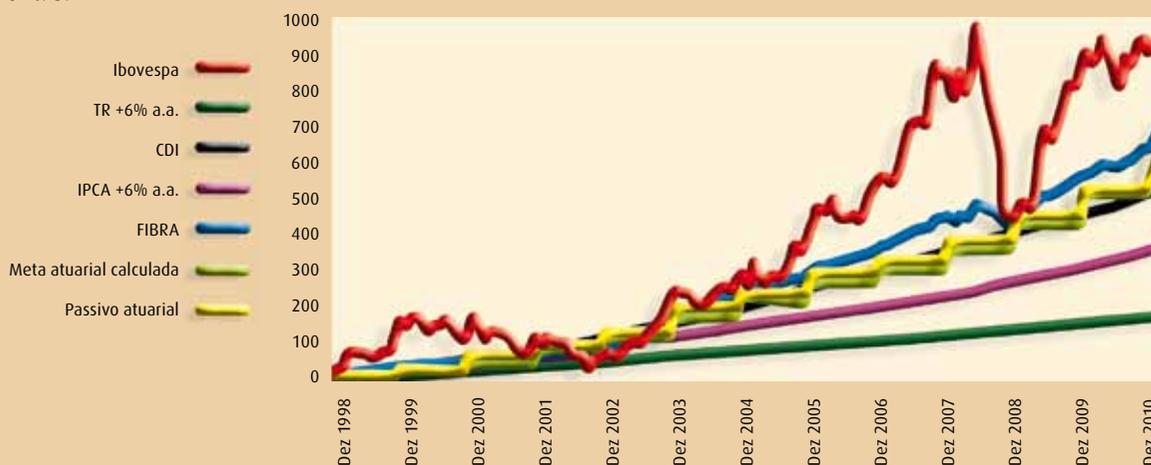
## Situação do Mercado Financeiro

O ano de 2010 foi marcado por uma série de acontecimentos que influenciaram a economia mundial: <sup>(i)</sup> a batalha cambial entre países, influenciando a apreciação das chamadas “*commodity currencies*” através da desvalorização do dólar, <sup>(ii)</sup> o tímido reaquecimento da economia norte-americana, <sup>(iii)</sup> a adoção de medidas de controle no âmbito cambial e de oferta de crédito na China de maneira a controlar a inflação, e por fim <sup>(iv)</sup> o Brasil que, apesar de ter registrado o maior crescimento da atividade econômica das últimas duas décadas acompanhado da menor taxa de desemprego registrada recentemente, apresentou expansão quase nula na Bolsa de Valores. Com isso, os preços das *commodities* apresentaram grande volatilidade, enquanto a demanda interna sustentou a expansão do crédito, pressionando os índices de inflação e obrigando o governo a revisar suas ações de combate à inflação numa combinação de aumento da taxa de juros e do recolhimento compulsório dos bancos.

Para 2011, apesar de receber parcela do capital político de seu antecessor, os desafios do governo Dilma Rousseff serão muitos: conduzir o país a uma maior austeridade fiscal, progredir com as reformas fiscal e política, e a manutenção do tripé econômico (meta de inflação, câmbio flutuante e superávit primário).

## Rentabilidade Geral dos Investimentos

Em 2010 a rentabilidade geral dos investimentos, considerando os critérios de marcação a mercado, foi de 14,49%, acima da meta atuarial da FIBRA IPCA+6% a.a., que atingiu 12,26%. Considerados os critérios contábeis, a rentabilidade foi de 11,47%. Os bons resultados nos segmentos de renda fixa, empréstimos e imóveis amortizaram em parte o baixo desempenho do segmento da renda variável que, durante o exercício, sofreu com diversos eventos locais e internacionais.



## Rendimentos Obtidos em Renda Variável

O ano foi marcado por sucessivos problemas fiscais no continente europeu. Apesar de os Estados Unidos terem iniciado, ainda que modestamente, a recuperação de sua economia, as notícias negativas da Europa influenciaram as atitudes dos investidores durante todo o primeiro semestre de 2010. As medidas de austeridade econômica adotadas pelos países europeus – não só por aqueles com problemas fiscais, mas também por economias importantes, como a França e o Reino Unido e a ajuda do Banco Central Europeu à Irlanda e à Grécia amenizaram os efeitos da crise, fazendo com que os mercados recuperassem a confiança na economia.

No Brasil, além das consequências provenientes das incertezas na Europa e tendo em vista a volatilidade no preço das *commodities*, os investidores não fizeram uma leitura otimista do processo de capitalização da Petrobras. Estes fatores contribuíram para que o índice Ibovespa fechasse o ano com 69.304 pontos, uma valorização de apenas 1,04%, abaixo das principais bolsas de valores da América. Da mesma forma o IBRX-50 encerrou o exercício com uma valorização de 0,75%, somando 9.634 pontos.

Já a carteira de renda variável da FIBRA apresentou desempenho superior aos índices, com uma valorização de 2,39% em 2010, representando 1,35 pontos percentuais acima do Ibovespa e 1,64 acima do IBRX-50, reflexo da posição tática em fundos sem correlação com os índices adotados pela FIBRA.



## Rendimentos Obtidos em Renda Fixa

A demanda interna e a expansão do crédito puxaram os índices de inflação, provocando revisão na política econômica e sensível aumento das taxas de juros. Apesar da tendência de redução da taxa de juros observada no Brasil nos últimos anos, o país continua atraente para os investidores estrangeiros, que não reduziram seu apetite nem mesmo com as restrições à entrada de dólares promovidas pelo Ministério da Fazenda. Assim, a demanda por ativos de renda fixa se manteve forte. Alguns títulos, como as NTN-Bs, passaram a oferecer remuneração inferior à meta – IPCA+6% a.a., quer para vencimentos mais curtos, como 2015, quer para mais longos, como 2045 e 2050.

A estratégia da FIBRA de antecipação de vencimentos e alongamento dos Títulos Federais, além dos investimentos em crédito e dos investimentos em produtos estruturados, resultou em uma rentabilidade de 19,26%, marcada a mercado, o que representou alcançar 102,77% do benchmark do segmento IMA Balanceado e 197,74% dos CDIs (Certificados de Depósitos Interbancários). A rentabilidade pelo critério contábil foi de 14,66%.



## Rendimentos Obtidos em Operações de Empréstimos

A Carteira de Empréstimos da FIBRA, em 2010, atingiu 14,88%, ficando acima da meta atuarial projetada. Ela representa 2,53% do seu portfólio de investimentos e cresceu a um ritmo menor do que em 2009 em face do aumento do custo do dinheiro.

## Rendimentos Obtidos em Imóveis

A equipe técnica da FIBRA tem analisado os investimentos em imóveis e discutido o tema no âmbito de seus colegiados – Diretoria, Comitê de Investimentos e Conselho Deliberativo – para identificar a melhor forma de obter o necessário rejuvenescimento da carteira, além da continuidade do Plano de Trabalho aprovado em 2009. Em 2010, foram desenvolvidas algumas ações nesse sentido, como o início da alienação dos conjuntos comerciais localizados no Centro Comercial Itália (CCI) por meio de leilão e a realização de investimentos em Fundos de Investimento em Participações voltados para o setor imobiliário.

Essa estratégia apresentou resultados positivos, tendo a carteira de imóveis alcançado 15,67% a.a. de rentabilidade, superando, assim, a meta atuarial, que atingiu 12,26% a.a. Para 2011 estão previstas novas ações no segmento, entre as quais a aquisição de um terreno para construção de novo empreendimento.

## Política de Investimento

Em atendimento ao disposto na Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional, a Política de Investimento da FIBRA foi revisada. As alterações decorreram do novo cenário macroeconômico, das sugestões apresentadas pelo estudo técnico de *Asset Liability Management* (ALM), realizado pela Consultoria RiskOffice, e das propostas da Diretoria Executiva e dos técnicos da Gerência Financeira, recomendadas pelo Comitê de Investimentos e aprovadas pelo Conselho Deliberativo. A íntegra do documento está disponível no site da Fundação e um resumo segue anexo ao encarte deste Relatório.



## Estratégias de Investimentos

A Política de Investimento da FIBRA prioriza o equilíbrio entre rentabilidade, risco e liquidez, considerando os **compromissos** a serem pagos a seus participantes ao longo dos anos, tanto para os que já tiveram seus benefícios concedidos, quanto para os que ainda estão formando suas reservas. Com base em estudos técnicos e modelos sofisticados – que consideram milhares de cenários possíveis para evolução do ativo e do passivo – a FIBRA tem diversificado seus investimentos, alocando recursos em segmentos de mercado que possam, ao longo do tempo, oferecer rentabilidades compensatórias à queda das taxas de juros reais.

Em 2010, dentre os diversos segmentos e estratégias utilizadas, destacam-se <sup>(i)</sup> ações de revitalização da carteira imobiliária, que envolvem a alienação e/ou *retrofit* de imóveis comerciais mais antigos e a construção de empreendimento imobiliário para fins de locação; <sup>(ii)</sup> a continuidade da alocação de novos Fundos de Investimentos em Participações com a adesão de dois novos fundos nos setores imobiliário e de energia; <sup>(iii)</sup> a aquisição de *Exchange Traded Funds* (ETF's), que

são cotas de fundos de renda variável, e o respectivo aluguel desses ativos, de modo a conferir uma rentabilidade extra para o papel, sem aumentar a exposição ao risco.

A abordagem da FIBRA, denominada de “*Core e Satélite*” – Gestão Ativa e Gestão Passiva, implica em permanente reavaliação da alocação de fundos, sendo que para a gestão passiva, priorizamos a redução dos custos, e para a Gestão Ativa, buscamos estratégias, produtos e gestores que possam agregar maior valor ao cenário projetado. Em 2011 será implementado o Comitê de Alocação, visando elevar a capacidade de identificar e avaliar **oportunidades** de investimentos, além de buscar alternativas adequadas ao cenário, ao perfil de risco e às necessidades de rentabilidade da FIBRA.

O quadro abaixo apresenta a alocação de investimentos da FIBRA, considerando gestão interna ou externa nos diferentes segmentos de aplicação e respectivos prazos, com destaque para o Patrimônio da FIBRA, que, em 2010, alcançou R\$ 2 bilhões.

### ALOCÇÃO DE INVESTIMENTOS DA FIBRA

Valores em R\$ milhões

Ano de Vencimento	Renda Fixa				Renda Variável		Investimentos Estruturados			Total
	Títulos Públicos	Títulos Privados	Fundos	Total de Renda Fixa	Fundos	Total de Renda Variável	FIP	Capital Protegido	Total de Estruturados	
2011	-	32,45	154,89	187,33	427,47	427,47	41,26	8,22	49,48	664,29
2012	20,15	25,81	-	45,96	-	-	-	-	-	45,96
2013	94,75	-	-	94,75	-	-	-	-	-	94,75
2014	63,02	-	-	63,02	-	-	-	-	-	63,02
2015	114,28	-	-	114,28	-	-	-	-	-	114,28
2017	157,87	-	-	157,87	-	-	-	-	-	157,87
2020	100,81	-	-	100,81	-	-	-	-	-	100,81
2021	84,28	-	-	84,28	-	-	-	-	-	84,28
2024	93,47	-	-	93,47	-	-	-	-	-	93,47
2035	199,70	-	-	199,70	-	-	-	-	-	199,70
2040	40,39	-	-	40,39	-	-	-	-	-	40,39
2045	142,22	-	-	142,22	-	-	-	-	-	142,22
2050	40,38	-	-	40,38	-	-	-	-	-	40,38
<b>Total</b>	<b>1.151,33</b>	<b>58,26</b>	<b>154,89</b>	<b>1.364,47</b>	<b>427,47</b>	<b>427,47</b>	<b>41,26</b>	<b>8,22</b>	<b>49,48</b>	<b>1.841,42</b>

Imóveis	26,74
Empréstimos	48,35
Débito com o Patrocinador	86,06
<b>Total</b>	<b>2.002,57<sup>(2)</sup></b>

**A FIBRA atinge ▶  
R\$ 2 bi de patrimônio**

<sup>(2)</sup> A diferença entre patrimônio e ativo líquido está relacionada com as provisões.

# Gestão do Plano de Benefícios

## Fiscalização e Auditorias

Em agosto e setembro de 2010, a FIBRA passou por processo de auditoria de rotina da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e da ITAIPU Binacional. Todas as providências e recomendações do patrocinador foram implementadas e atendidas em 2010. No caso da PREVIC, a resposta da FIBRA ao Relatório de Fiscalização foi encaminhada em dezembro, e a Entidade aguarda a manifestação daquele Órgão.

## Alteração de Estatuto e Regulamento

Após ser amplamente debatido pelo Grupo de Trabalho – composto por dirigentes e conselheiros da FIBRA, representantes da ITAIPU e de entidades sindicais – em fevereiro de 2010 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da FIBRA, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da ITAIPU e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) a 8ª Versão do Regulamento do Plano de Benefícios da FIBRA, tendo como principais alterações:

- previsão de pagamento de Joia de Inscrição de Beneficiário específica para a hipótese de inclusão/substituição de cônjuge/companheiro(a) dos Participantes Ativos;
- criação do Benefício Especial Temporário por Morte, visando assegurar um benefício aos filhos entre 21 e 25 anos de idade dos participantes falecidos a partir de 4 de fevereiro de 2010;
- inclusão da possibilidade da Concessão de Suplementação de Aposentadoria desvinculada da Concessão do Benefício Oficial da Previdência Social, desde que o participante reúna os requisitos para a Aposentadoria Integral pelo INSS.

Para adequar o Regulamento do Plano de Benefícios à Lei Complementar 109, e em cumprimento do planejamento estratégico, também foi aprovada a 5ª Versão do Estatuto da Entidade, em janeiro de 2010, com as seguintes alterações:

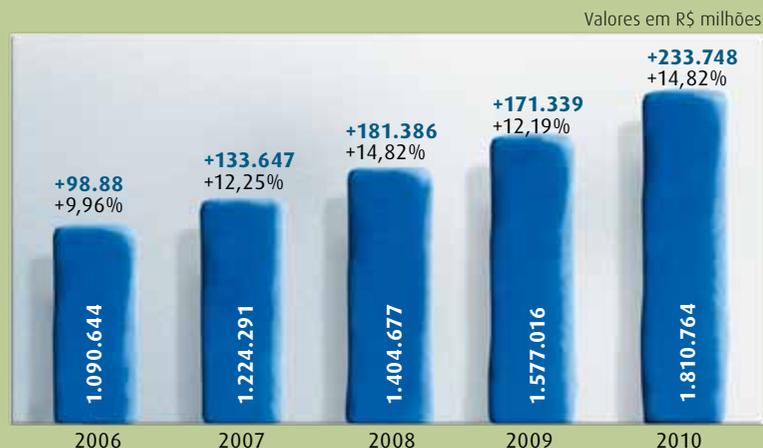
- inclusão do Comitê de Investimentos como órgão estatutário;
- adequação para que haja paridade entre os membros dos órgãos estatutários;
- aumento de 2 para 4 anos de inscrição na Fundação para que um participante possa ser membro de um dos órgãos estatutários.

Foram, ainda, promovidas novas alterações no Estatuto e no Regulamento da FIBRA que entraram em vigor em janeiro de 2011.

## Evolução do Passivo Atuarial (Reserva Matemática)

O Passivo Atuarial – que representa o valor total dos compromissos atuais e futuros da FIBRA com seus participantes, já deduzidas as contribuições futuras – vem apresentando evolução acima do esperado nos últimos anos. Isso ocorre especialmente em consequência do aumento da expectativa de vida e do ganho real de salário/benefício, entre outras variáveis. Tal situação vem sendo monitorada, tanto que, na avaliação do passivo em dezembro de 2010, visando à sustentabilidade do Plano, a taxa de desconto atuarial adotada foi de 5,75% a.a., em substituição à taxa de 6% a.a., em face de estudos da Gerência Financeira, que levaram em conta a redução da taxa de juros dos títulos públicos brasileiros nos anos vindouros.

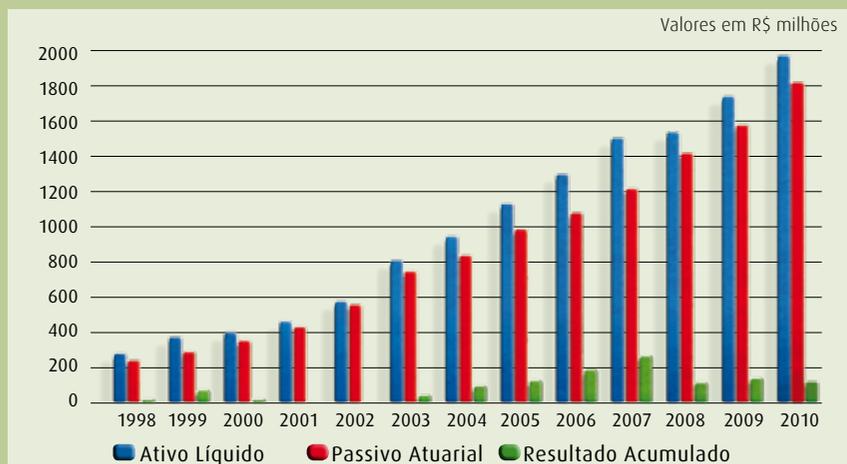
Estudos vêm sendo desenvolvidos para o aprimoramento do cálculo do passivo, compreendendo o monitoramento de variáveis que possam <sup>(i)</sup> causar algum desequilíbrio futuro, <sup>(ii)</sup> a reavaliação da consistência das hipóteses atuariais, <sup>(iii)</sup> a atualização da base de dados, <sup>(iv)</sup> a revisão dos cálculos efetuados e <sup>(v)</sup> a introdução de sistemas mais detalhados e precisos.



Passivo Atuarial nos últimos 5 anos, acompanhado do crescimento nominal e percentual em cada ano.

## Evolução do Ativo Líquido (Reserva Técnica)

O Ativo Líquido teve acréscimo de R\$ 229,3 milhões no exercício, o que representa 13,24% sobre o exercício anterior. Esta variação é produto de vários fatores entre os quais: a rentabilidade auferida, receitas previdenciárias, despesas previdenciárias, variação nas provisões para fundos, entre outros.



O gráfico acima demonstra a evolução conjunta, ao longo dos últimos anos, do passivo atuarial, do ativo líquido e do resultado da FIBRA.

## Receitas Destinadas ao Programa Previdencial

O montante das contribuições dos patrocinadores e dos participantes, de R\$ 51,8 milhões, teve acréscimo de 5,46% em relação ao ano anterior, conforme demonstrado a seguir:

Origem da Contribuição		2009 R\$ Mil	2010 R\$ Mil	Variação R\$ Mil	Variação %
Patrocinadores	Normal	22.751	24.037	1.286	5,65
	Suplementar	3.519	3.718	199	5,65
	<b>Subtotal</b>	<b>26.270</b>	<b>27.755</b>	<b>1.485</b>	<b>5,65</b>
Participantes	Ativo	14.429	14.581	152	1,06
	Autopatrocínados	448	276	(172)	(38,39)
	Aposentado	7.664	8.537	873	11,39
	Jóia, Taxa de Inscrição e Outras	322	667	345	107,15
	<b>Subtotal</b>	<b>22.863</b>	<b>24.061</b>	<b>1.198</b>	<b>5,24</b>
<b>Total</b>	<b>49.133</b>	<b>51.816</b>	<b>2.683</b>	<b>5,46</b>	

## Despesas Previdenciais com Pagamento de Benefícios

A FIBRA pagou R\$ 95,2 milhões em benefícios em 2010, com acréscimo de 12,11% em relação ao ano anterior. O acréscimo de 7,51% no número de assistidos e o reajuste da tabela salarial em 6,2520 %, concedido em novembro de 2010, são as principais causas desse aumento.

Tipo de Benefício		2009 R\$ Mil	2010 R\$ Mil	Variação R\$ Mil	Variação %
Mensal Continuído	Aposentadoria	76.506	85.385	8.879	11,61
	Pensão	7.890	9.605	1.715	21,74
	Benefício Especial Temporário	0	5	5	100
	<b>Subtotal</b>	<b>84.396</b>	<b>94.995</b>	<b>10.599</b>	<b>12,56</b>
Pagamento Único	Restituição de contribuição	524	168	(356)	(67,93)
	Portabilidade	0	36	36	100
	Auxílio-Funeral	4	5	1	25
	<b>Subtotal</b>	<b>528</b>	<b>209</b>	<b>(319)</b>	<b>(60,41)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>84.924</b>	<b>95.204</b>	<b>10.280</b>	<b>12,11</b>	

Como pode ser observado, em 2010 a FIBRA pagou em benefícios R\$ 43,4 milhões a mais do que recebeu de contribuições previdenciárias, valores cobertos pelas reservas atuariais constituídas ao longo dos anos. Isso demonstra que o Plano de Benefícios já atingiu sua maturidade, que é o ponto em que as despesas passam a ser superiores ao total de receitas, e a Fundação passa a depender de forma mais acentuada da rentabilidade dos investimentos.

# Relacionamento

## Participantes

O 8º Encontro de Participantes da FIBRA/ITAIPU foi marcado por muita alegria, diversão, amizade e música. O evento foi realizado em 27 de novembro, no Clube Concórdia, em Curitiba, com a participação de cerca de 400 pessoas. Foram arrecadados alimentos não perecíveis, doados à instituição filantrópica sediada em Curitiba.



8º Encontro de Participantes da FIBRA/ITAIPU

A FIBRA participou de solenidade alusiva ao dia do Aposentado realizado na sede da Academia Brasileira de Letras (ABL), no Rio de Janeiro, na qual a participante assistida da Fundação, Dalva Florião Soares, foi uma das homenageadas.

O evento, que já se tornou uma tradição no sistema de previdência complementar, é promovido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), em parceria com o Instituto Cultural de Seguridade Social (ICSS) e o Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Sindapp).



A participante Dalva Soares recebendo homenagem de Silvio Rangel, no Dia do Aposentado

## Patrocinador

Em abril de 2010, a FIBRA promoveu em Foz do Iguaçu o evento “Previdência Complementar: Aspectos Jurídicos e Atuariais”. O encontro contou com a participação de empregados da ITAIPU lotados nas áreas de Auditoria Interna, Jurídica, Financeira, Recursos Humanos e Relações Trabalhistas, além de integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da FIBRA.

Na ocasião foram apresentados e discutidos temas relacionados às áreas de Direito e Atuária e ministradas palestras sobre o processo de gestão da FIBRA, sua situação atual e os desafios para o futuro.



Workshop sobre aspectos jurídicos e atuariais importantes no sistema de Previdência Complementar

## Prêmio ANCEP

A FIBRA foi homenageada pela Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades Fechadas de Previdência (ANCEP) e agraciada com o 7º Prêmio ANCEP, na categoria “Integração e Comprometimento Técnico”. O Prêmio foi entregue em setembro de 2010, no Rio de Janeiro, durante a cerimônia de abertura do 8º Congresso Nacional daquela Entidade.

A homenagem representa o reconhecimento a um trabalho de equipe que envolve Diretoria, Colegiados e Colaboradores, com o apoio e suporte da Diretoria do Patrocinador ITAIPU Binacional, e coroa o esforço de melhoria contínua que vem sendo desenvolvido na FIBRA em prol do compromisso da Entidade com seus participantes e com o aprimoramento do sistema de previdência complementar brasileiro.



## Colegiados

O ano de 2010 também foi marcado pela sintonia entre os Colegiados da FIBRA e a Diretoria Executiva, o que contribuiu sobremaneira para os bons resultados obtidos pela Fundação no exercício. Integrados por representantes titulares e suplentes indicados pelo patrocinador e eleitos pelo voto direto dos participantes ativos e assistidos, o Comitê de Investimentos e os Conselhos Deliberativo e Fiscal têm desempenhado importante função como órgãos fiscalizadores.

Em 2010, a partir da Revisão 5 do Estatuto da FIBRA, o Comitê de Investimentos passou a ser um órgão estatutário. Essa conquista destacou ainda mais a importância do Comitê no processo de gestão dos investimentos da Fundação.

Também neste ano, por meio de pleito democrático, foram eleitos os representantes dos participantes ativos e assistidos no Conselho Fiscal para o triênio 2011-2014.



Conselho Deliberativo - gestão 2009 - 2012



Diretoria Executiva - gestão 2009 - 2012



Conselho Fiscal - gestão 2008 - 2010



Comitê de Investimentos - gestão 2009 - 2012

## Comunidade Previdenciária

A FIBRA manteve participação ativa na comunidade do sistema de previdência fechada do país.

Sua contribuição foi marcada pela participação de dirigentes e colaboradores como membros titulares na Comissão Técnica Nacional de Relacionamento, na Comissão Técnica Nacional de Governança Corporativa, na Comissão Técnica Nacional de Investimentos e na coordenação da Comissão Técnica Regional Sul de Investimentos. Além disso, neste ano, a FIBRA também foi reeleita como membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP).

No mais importante evento do sistema, o Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, ocorrido em novembro, o Diretor Superintendente da FIBRA foi um dos palestrantes, tendo discorrido sobre o tema “Estrutura de um Fundo de Investimentos em Participações pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs”. Outro palestrante foi o gerente de Informações e Processos da FIBRA, que falou sobre “Segurança da Informação – Gestão da Informação e Riscos Inerentes”.

O Congresso da ABRAPP também foi marcado pelo lançamento do livro “Previdência Social na Sociedade de Risco: o desafio da solidariedade com sustentabilidade”, de autoria do Diretor Superintendente da FIBRA.



Reunião da Comissão Técnica Regional Sul de Investimentos

**FIBRA**  
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Fundação  
Itaipu  
Brasil

A FIBRA SOMOS TODOS NÓS!



## DIRETORIA EXECUTIVA

Silvio Renato Rangel Silveira  
Diretor Superintendente

Denyse Gubert Rocha  
Diretora de Administração e Processos

Flórcio Medeiros da Costa  
Diretor de Segurança

## CONSELHO DELIBERATIVO

### Titulares

Antonio José Correia Ribas  
Presidente

José Ricardo da Silveira  
Presidente Substituto

Ariel da Silveira  
Sérgio Possolo Gomes  
Giovani dos Anjos Teixeira  
Saulo Assumpção

### Suplentes

Antonio Carlos Nantes  
Cícero Antônio Miller dos Santos  
Cristina de A. Maranhão Gomyde  
Daniel de Lara  
Giovanni Leiria da Silva  
José Antonio Santos

## CONSELHO FISCAL

### Titulares

Salomão Galperin  
Presidente

Rogério Duarte  
Presidente Substituto

Emílio Ruiz Gomes  
José Carlos Siqueira Peçanha

### Suplentes

Janete C. Galli  
Luiz André Muniz de Rezende  
Simone Rogoginski  
Vera Lúcia Graniska Ingeinczaki

## COMITÊ DE INVESTIMENTOS

### Titulares

Silvio Schweidzton Melamed  
Presidente

Mariana Favoreto Thiele  
Presidente Substituta

Carlos Roberto Fernandes  
Humberto Ventura Godinho  
João Carlos Ferrer Garcia  
Luiz Covello Rossi

### Suplentes

Bruno Túlio  
José Maria Varassin  
Luís Alberto Pereira Oliveira  
Luís Fernando Moreira  
Márcia Abreu de Aguiar Buerger  
Simone Freire Nicolau

Constituição 26/02/1988  
Início das atividades 01/04/1988  
Reconhecida em 30/11/1988  
Portaria nº 4367/MPAS

Rua Comendador Araújo, 551  
9º Andar – CEP 80420-000  
Curitiba – Paraná – Brasil  
Telefone 41 3321-4001  
Fax 41 3223-3628  
0800 41 4404  
[www.fundacaoitaipu.com.br](http://www.fundacaoitaipu.com.br)  
[fibra@fundacaoitaipu.com.br](mailto:fibra@fundacaoitaipu.com.br)

Escritório em Foz de Iguaçu:  
Centro Executivo de ITAIPU  
Telefone: 45 3520-5026

Este relatório foi produzido a um custo unitário de R\$ 6,09 proveniente de recursos específicos do custeio administrativo da FIBRA

Disponível também no *website* da FIBRA



# BALANÇO PATRIMONIAL

	R\$ MIL	
ATIVO	31/12/2010	31/12/2009
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>289</b>	<b>181</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>2.027.077</b>	<b>1.853.589</b>
Gestão Previdencial	91.631	89.695
Gestão Administrativa	810	743
<b>Investimentos</b>	<b>1.934.636</b>	<b>1.763.151</b>
Títulos Públicos	1.164.558	1.125.361
Créditos Privados e Depósitos	60.552	59.166
Fundos de Investimento	634.437	503.483
Investimentos Imobiliários	26.740	28.859
Empréstimos	48.349	46.282
<b>PERMANENTE</b>	<b>458</b>	<b>370</b>
Imobilizado	357	245
Intangível	101	-
Diferido	-	125
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.027.824</b>	<b>1.854.140</b>

	R\$ MIL	
PASSIVO	31/12/2010	31/12/2009
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>6.309</b>	<b>5.308</b>
Gestão Previdencial	2.877	2.502
Gestão Administrativa	904	539
Investimentos	2.528	2.267
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>40.472</b>	<b>40.196</b>
Gestão Previdencial	1.492	-
Gestão Administrativa	117	-
Investimentos	38.863	40.196
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>1.981.043</b>	<b>1.808.636</b>
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.961.109	1.731.812
Provisões Matemáticas	1.810.764	1.577.016
Benefícios Concedidos	1.150.742	981.384
Benefícios a Conceder	704.230	637.958
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(44.208)	(42.326)
Equilíbrio Técnico	150.345	154.796
Resultados Realizados	150.345	154.796
Superávit Técnico Acumulado	150.345	154.796
<b>Fundos</b>	<b>19.934</b>	<b>76.824</b>
Fundos Previdenciais	-	58.707
Fundos Administrativos	18.214	16.629
Fundos dos Investimentos	1.720	1.488
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.027.824</b>	<b>1.854.140</b>

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

CNPB 19880012-18

	R\$ MIL		
DESCRIÇÃO	31/12/2010	31/12/2009	Varição (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>1.790.519</b>	<b>1.535.298</b>	<b>16,62</b>
<b>1. Adições</b>	<b>275.240</b>	<b>348.782</b>	<b>(21,09)</b>
(+) Contribuições	75.840	67.426	12,48
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	199.400	281.356	(29,13)
<b>2. Destinações</b>	<b>(104.651)</b>	<b>(93.561)</b>	<b>11,85</b>
(-) Benefícios	(95.204)	(84.924)	12,10
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(299)	(23)	1.200,00
(-) Custeio Administrativo	(9.148)	(8.614)	6,20
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>(170.590)</b>	<b>(255.221)</b>	<b>(33,16)</b>
(-) Provisões Matemáticas	(233.748)	(171.339)	36,42
(+/-) Fundos Previdenciais	58.708	(58.708)	(200,00)
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	4.450	(25.174)	(117,68)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>1.961.109</b>	<b>1.790.519</b>	<b>9,53</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>19.934</b>	<b>18.117</b>	<b>10,03</b>
(+) Fundos Administrativos	18.214	16.629	9,53
(+) Fundos dos Investimentos	1.720	1.488	15,59

# DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO Consolidada

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	31/12/2010	31/12/2009	Varição (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>1.790.519</b>	<b>1.535.298</b>	<b>16,62</b>
<b>1. Adições</b>	<b>276.907</b>	<b>351.591</b>	<b>(21,24)</b>
(+) Contribuições Previdenciais	66.693	58.811	13,40
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	199.400	281.356	(29,13)
(+) Receitas Administrativas	9.150	8.615	6,21
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.664	2.772	(39,97)
(+) Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	-	37	(100,00)
<b>2. Destinações</b>	<b>(106.317)</b>	<b>(96.370)</b>	<b>10,32</b>
(-) Benefícios	(95.204)	(84.924)	12,10
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(299)	(23)	1.200,00
(-) Despesas Administrativas	(9.107)	(8.244)	10,47
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(122)	-	
(-) Constituição de Fundos - Gestão Administrativa	(1.585)	(3.179)	(50,14)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>170.590</b>	<b>255.221</b>	<b>(33,16)</b>
(-) Provisões Matemáticas	(233.748)	(171.339)	36,42
(+/-) Fundos Previdenciais	58.708	(58.708)	(200,00)
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	4.450	(25.174)	(117,68)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>1.961.109</b>	<b>1.790.519</b>	<b>9,53</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>19.934</b>	<b>18.117</b>	<b>10,03</b>
(+) Fundos Administrativos	18.214	16.629	9,53
(+) Fundos dos Investimentos	1.720	1.488	15,59

# DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO CNPB 19880012-18

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	31/12/2010	31/12/2009	Varição (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>2.026.839</b>	<b>1.853.602</b>	<b>9,35</b>
Disponível	285	179	59,22
Recebível	110.003	106.324	3,46
Investimento	1.916.551	1.747.099	9,70
Títulos Públicos	1.151.326	1.124.401	2,39
Créditos Privados e Depósitos	58.257	46.338	25,72
Fundos de Investimento	631.879	501.218	26,07
Investimentos Imobiliários	26.740	28.860	(7,35)
Empréstimos	48.349	46.282	4,47
<b>2. Obrigações</b>	<b>45.796</b>	<b>44.966</b>	<b>1,85</b>
Operacional	5.441	4.770	14,07
Contingencial	40.355	40.196	0,40
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>19.934</b>	<b>18.117</b>	<b>10,03</b>
Fundos Administrativos	18.214	16.629	9,53
Fundos dos Investimentos	1.720	1.488	15,59
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>1.961.109</b>	<b>1.790.519</b>	<b>9,53</b>
Provisões Matemáticas	1.810.764	1.577.016	14,82
Superávit Técnico	150.345	154.796	(2,88)
Fundos Previdenciais	-	58.707	(100,00)

# DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	31/12/2010	31/12/2009	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>16.629</b>	<b>13.449</b>	<b>23,64</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>10.814</b>	<b>11.424</b>	<b>(5,37)</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>10.814</b>	<b>11.424</b>	<b>(5,34)</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	9.147	8.615	6,18
Resultado Positivo dos Investimentos	1.664	2.772	(39,97)
Reversão de Contingências	0	37	(100,00)
Outras Receitas	3	0	-
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(9.229)</b>	<b>(8.244)</b>	<b>(5,37)</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>(5.334)</b>	<b>(4.827)</b>	<b>10,50</b>
Pessoal e encargos	(3.661)	(3.562)	2,78
Treinamentos/congressos e seminários	(33)	(26)	26,92
Viagens e estadias	(120)	(93)	29,03
Serviços de terceiros	(480)	(482)	(0,41)
Despesas gerais	(837)	(571)	46,58
Depreciações e amortizações	(81)	(93)	(12,90)
Contingências	(122)	0	-
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>(3.895)</b>	<b>(3.417)</b>	<b>13,99</b>
Pessoal e encargos	(2.908)	(2.469)	17,78
Treinamentos/congressos e seminários	(25)	(26)	(3,85)
Viagens e estadias	(129)	(93)	38,71
Serviços de terceiros	(511)	(399)	28,07
Despesas gerais	(276)	(386)	(28,50)
Depreciações e amortizações	(46)	(44)	4,55
<b>4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)</b>	<b>1.585</b>	<b>3.180</b>	<b>(50,16)</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>1.585</b>	<b>3.180</b>	<b>(50,16)</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	<b>18.214</b>	<b>16.629</b>	<b>9,53</b>

# DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB 19880012-18

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)</b>	<b>1.961.109</b>	<b>1.731.812</b>	<b>13,24</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>1.810.764</b>	<b>1.577.016</b>	<b>14,82</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>1.150.742</b>	<b>981.384</b>	<b>17,26</b>
Benefício Definido	1.150.742	981.384	17,26
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>704.230</b>	<b>637.958</b>	<b>10,39</b>
Benefício Definido	704.230	637.958	10,39
<b>1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir</b>	<b>(44.208)</b>	<b>(42.326)</b>	<b>4,45</b>
(-) Serviço passado	(44.208)	(42.326)	4,45
(-) Patrocinador(es)	(44.208)	(42.326)	4,45
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>150.345</b>	<b>154.796</b>	<b>(2,88)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>150.345</b>	<b>154.796</b>	<b>(2,88)</b>
Superávit técnico acumulado	150.345	154.796	(2,88)
Reserva de contingência	150.345	154.796	(2,88)

# NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009  
Em milhares de reais

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA, entidade patrocinada pela ITAIPU Binacional (entidade jurídica de direito internacional) e pela própria Fundação, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 4.367, de 30 de novembro de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direitos os participantes e respectivos dependentes, nos termos do regulamento e do seu plano de benefícios e de custeio.

Em 31 de dezembro de 2010, a entidade encontra-se enquadrada nos limites estabelecidos pela Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

O Plano de Benefícios da FIBRA é único e pertence à modalidade de “Benefício Definido”, tendo como principal objetivo, suplementar o benefício de aposentadoria, concedido pela Previdência Social, limitado às carências previstas pelo regulamento.

Os benefícios abrangidos pelo plano de benefícios da FIBRA são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Benefício especial temporário por morte
- Auxílio-reclusão;
- Auxílio-funeral por morte de beneficiário;
- Suplementação do abono anual.

Os níveis básicos dos benefícios, bem como suas respectivas elegibilidades são previstas pelo regulamento.

A estrutura de gestão dos investimentos é realizada internamente pela própria entidade e por intermédio de gestores contratados, conforme definido na sua política de investimentos.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.1. Legislação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social-MPS, que passou, a partir da publicação Lei nº 12.154 de 23 de dezembro de 2009, a denominar-se Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Foram, também, observadas, a NBC TE 11, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos do plano de benefícios e do Plano de Gestão Administrativa – PGA mantidos pela fundação.

A Resolução MPS/CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, dispensou o preenchimento da coluna “Exercício Anterior”, quando da elaboração das Demonstrações Contábeis do exercício de 2010, no entanto, por recomendação do Conselho Fiscal da Fundação, e em atendimento aos princípios contábeis e a boa técnica contábil, a entidade decidiu pela apresentação das Demonstrações Contábeis comparativamente com o exercício de 2009.

### 2.2. Consolidação das Demonstrações

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009 e a NBC TE 11 – Entidades Fechada de Previdência Complementar, e abrangem as demonstrações contábeis da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social, relativas ao Plano de Benefícios cadastrado no CNPB 19880012-18 e ao Plano de Gestão Administrativo – PGA, da Fundação.

No processo de consolidação foram feitas as seguintes eliminações:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos correspondentes aos direitos e obrigações das operações realizadas entre o Plano de Benefícios e o PGA;
- eliminação da participação no Plano de Gestão Administrativa, registrada no ativo e no passivo do Plano de Benefícios.

### **2.3. Ajustes em procedimentos relacionados com a Resolução CGPC nº 28, de 26/01/2009**

As instruções para o preenchimento das Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido – DMAL, por plano e consolidada, que constam na Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, não contemplam todas as Adições e Deduções, que resultam em aumento ou diminuição do Ativo Líquido, com isso, as demonstrações, se elaboradas seguindo as instruções contidas na Resolução CGPC nº 28/2009 não contemplam todas as mutações do Ativo Líquido dos fundos de pensão. Embora na Planificação Contábil Padrão, tenha sido incluído a conta “Intangível”, esta não foi prevista no modelo do Balanço Patrimonial Consolidado.

Diante disto, e para que as Demonstrações possam atender ao pretendido, ou seja, para que os participantes, assistidos e patrocinadores, possam ter informações adequadas, a Fundação, efetuou ajustes nas Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido – DMAL e no Balanço Patrimonial consolidado, de forma a evidenciar todas as mutações do Ativo Líquido.

Os ajustes efetuados foram os seguintes:

#### **Balanço Patrimonial Consolidado:**

Inclusão no Grupo Permanente da Conta Intangível

#### **DMAL – CNPB – 19880012-18:**

Inclusão do saldo do Fundo Previdencial no Ativo Líquido.

#### **DMAL – consolidada:**

- a) Inclusão do saldo do Fundo Previdencial no Ativo Líquido;
- b) Inclusão da Constituição de Fundos – Gestão Administrativa no quadro “2”.

#### **DAL – CNPB – 19880012-18:**

- a) Inclusão do item Fundos não Previdenciais, no “3”, que passou a ter esta denominação;
- b) Inclusão do item “4” – Ativo Líquido, tendo como sub-itens: Provisões Matemáticas, Superávit Técnico e Fundos Previdenciais.

## **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Em atendimento à Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabeleceram normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, pelo então Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC e pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, respectivamente e em atendimento a NBC TE 11, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas

EFPC, apresentamos a seguir as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis.

### **3.1. Apuração de resultados – Superávit Técnico**

O resultado do exercício, ou seja, o Superávit Técnico do Plano de Benefícios é apurado pelo regime de competência.

### **3.2. Investimentos**

#### **• Títulos Públicos, Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimentos.**

Considerando as disposições das Resoluções do CGPC nº 4/02, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

- (i) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição; e
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

Os títulos classificados no item (i) acima são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício.

Os títulos classificados no item (ii) acima são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, até a data do balanço.

#### **• Investimentos imobiliários**

Demonstrados ao custo de aquisição e ajustado a valor de mercado por reavaliação efetuada em abril de 2008, suportada por laudos técnicos, menos depreciação acumulada e acrescida dos aluguéis a receber e direitos de alienações de imóveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, pelo prazo de vida útil restante para os imóveis reavaliados.

#### **• Operações com participantes**

Registra as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos). As operações feitas anteriormente a 2003 são atualizadas pelo índice Taxa Referencial - TR, acrescidas de juros de 1% ao mês, enquanto que as operações efetuadas a partir de 2003 são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescidas de juros de 0,7% ao mês, IOF e seguro.

#### **• Provisão para perdas**

Constituída considerando avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou considerados de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

### 3.3. Ativo permanente

Avaliado pelo custo de aquisição e considera:

- Depreciação de acordo com as vidas úteis estimadas dos bens, sendo 10% para móveis e utensílios e para máquinas e equipamentos e 20% para computadores e periféricos, calculada pelo método linear.
- Amortização do intangível, pelo prazo de 5 anos. Em 2010, os valores que em 2009, estavam registrados no Ativo Diferido, foram reclassificados para o Ativo intangível, conforme estabeleceu a PREVIC.

### 3.4. Exigível operacional

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

### 3.5. Exigível contingencial

Os valores registrados no exigível contingencial, relativos a Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF no Grupo Investimentos, que por decisão judicial estão com a exigibilidade suspensa, estão apresentados pelos valores históricos atualizados e líquidos dos seus respectivos depósitos judiciais.

Durante o exercício de 2004, a Fundação depositou o IRRF judicialmente, tomando como base à alíquota de 20% sobre os rendimentos auferidos, limitado a 12% da contribuição da patrocinadora, conforme estabelece a Medida Provisória MP nº 2.222, de 04 de setembro de 2001.

Com a publicação da Lei nº 11.053, em 29 de dezembro de 2004, a partir de 01 de janeiro de 2005, a fundação passou a ser isenta do pagamento do imposto de renda. (nota explicativa 6).

Em 20 de novembro de 2009, a ação cautelar, na análise de mérito, foi julgada improcedente, porém com contradições, equívocos e omissões que levou a FIBRA, com orientação de seus consultores jurídicos, com base no artigo 535 do Código de Processo Civil, apresentar embargos de declaração, além de provisionar contabilmente a diferença entre o Auto de Infração e o valor depositado judicialmente. (nota explicativa 6)

### 3.6. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos da consultoria atuarial externa Jessé Montello Serviços em Atuária e Economia Ltda, contratada pela entidade, e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou aos seus beneficiários.

A entidade adota o método de crédito unitário projetado para o

cálculo das provisões matemáticas de todos os benefícios, exceto os relativos a auxílio reclusão e funeral, que foram avaliados pelos métodos de capital de cobertura e repartição simples, respectivamente. A estrutura do cálculo atuarial considera crescimento salarial médio de 2,01% (1,92% em 2009) ao ano, uma taxa de rotatividade média de 0,20% ao ano (0,13% em 2009) e uma taxa de desconto atuarial à razão de 5,75% (6% em 2009) ao ano depois de descontados os efeitos da inflação.

#### • Benefícios concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, ou seja, aposentadorias e pensões.

#### • Benefícios a conceder

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, conforme descrito a seguir:

- (i) os benefícios do plano com a geração atual correspondem ao valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.
- (ii) outras contribuições da geração atual registram o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes no plano (ou de novos empregados das patrocinadoras), bem como as contribuições a serem recolhidas pelas patrocinadoras sobre o valor dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual.

#### • Provisões Matemáticas a constituir

Correspondem à parcela de provisão a constituir relativa ao tempo de serviço anterior e que está sendo integralizada por taxa suplementar sobre a folha de salários dos empregados da patrocinadora, a vigorar durante 480 meses a contar da data de constituição da entidade, em abril de 1988, e amortizada pelo mesmo prazo.

As provisões matemáticas foram reavaliadas pelo atuário responsável na data base de 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

Na avaliação atuarial de 2010 foram promovidas as seguintes modificações nos métodos de financiamento e hipóteses, em relação ao exercício de 2009: a) reversão, em 31 de dezembro de 2010, de R\$ 65.745, relativo ao fundo, de oscilação de rentabilidade atuarial, para dar cobertura à eventualidade de não se alcançar em determinado período a meta atuarial de rentabilidade, conforme nota técnica atuarial JM/0229/2010, de 25 de janeiro de 2011; b) impacto relativo à alter-

nação na projeção de crescimento Real de Salário e de Rotatividade, no valor de R\$ 6.078; c) impacto decorrente da alteração da taxa real de juros de 6% para 5,75% ao ano, no valor de R\$ 64.183, e d) impacto decorrente da substituição da Tábua de Entrada em Invalidez “LIGHT MÉDIA” pela Tábua de Entrada em Invalidez “LIGHT FRACA”, no valor de R\$ 4.167. Estas modificações resultaram na diminuição do Superávit Técnico de R\$ 349 em 2010.

### 3.7. Fundos

#### • Gestão Previdencial

Corresponde ao Fundo de Oscilação de Rentabilidade Atuarial, no valor de R\$ 58.707, foi constituído em 2009, conforme Nota Técnica Atuarial para garantir questões que, eventualmente, possam vir a interferir na capacidade da fundação em obter a taxa de juros de 6% ao ano, necessária ao equilíbrio atuarial do plano, sendo totalmente revertido em 2010, para dar cobertura à alteração da taxa de juros de 6% ao ano para 5,75% ao ano, utilizada na avaliação atuarial, conforme nota técnica atuarial JM/0229/2010, de 25 de janeiro de 2011.

#### • Plano de Gestão administrativa - PGA

##### Permanente

Compreende um fundo constituído pelos valores registrados no ativo permanente. Sua finalidade é segregar os recursos da gestão administrativa dos recursos da gestão previdencial, com o objetivo de retirá-lo do ativo líquido que garante as provisões matemáticas.

##### Financeiro

A contribuição para atender aos gastos administrativos da FIBRA, segundo os procedimentos de execução financeira com relação às contribuições do patrocinador ITAIPU Binacional para a entidade, é repassada pelo limite de 15% das contribuições e as eventuais sobras entre esse limite e o valor efetivamente realizado são mensalmente contabilizadas no fundo administrativo, para custeio futuro.

#### • Investimentos

Constitui a reserva de garantia de empréstimos para fazer face à cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer, bem como para quitar débitos previdenciários dos assistidos e pensionistas.

### 3.8. Recursos do Plano de Gestão Administrativa - PGA

Os recursos da gestão administrativa, relativos à sobrecarga administrativa, são contabilizados na gestão previdencial e transferidos desta para a gestão administrativa para cobertura das despesas administrativas.

### 3.9. Custeio administrativo - PGA

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, por meio da Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, estabeleceu novas regras para o custeio administrativo dos fundos de pensão. A resolução atribuiu ao Conselho Deliberativo à competência de definir limites e as fontes para o custeio administrativo, bem como os indicadores quantitativos e qualitativos de gestão dos gastos administrativos.

Além disso, a legislação estabelece a necessidade de total segregação financeira e contábil, dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários, inclusive com a elaboração de uma política de investimentos para o Plano de Gestão Administrativa – PGA, a exemplo do que ocorre com o Plano de Benefícios.

Diante disto, o Conselho Deliberativo da fundação, por meio da RCD nº 017/2009, aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que passou a vigorar a partir de janeiro de 2010, onde além de outras regras, estabelece o seguinte: manutenção da sobrecarga administrativa, como única fonte de custeio administrativo da FIBRA e que os recursos do fundo administrativo serão aplicados exclusivamente em investimentos de renda fixa.

Os indicadores de Gestão Administrativa e suas metas, para o exercício de 2010, foram estabelecidos pelo Conselho Deliberativo, por meio da RCD nº 022/2009, e são:

- a. **Taxa de Administração Hipotética** - Fórmula  $[(\text{Despesas Administrativas Totais} / \text{Recursos Garantidores}) \times 100]$ , seu objetivo é mensurar a relação das Despesas Administrativas sobre os Recursos Garantidores da FIBRA – cuja meta era de 0,6% e foi realizado 0,47% em 2010;
- b. **Taxa de Carregamento Hipotética** - Fórmula  $[(\text{Despesas Administrativas Totais} / (\text{Contribuições} + \text{Benefícios})) \times 100]$ , seu objetivo é medir a relação das Despesas Administrativas sobre o fluxo Previdencial (Contribuições + Benefícios), cuja meta era de 7% e foi realizado 5,83% em 2010;
- c. **Controle do Orçamento Administrativo** - sua forma de controle baseia-se no acompanhamento das despesas realizadas/despesas orçadas e, seu princípio é verificar o percentual de assertividade da execução do orçamento administrativo; cuja meta era atingir > 90% de assertividade e foi realizado 96,42% em 2010 ;e
- d. **Cumprimento das Metas da PR 2010** - o qual é orientado pelo acompanhamento do percentual de conclusão das metas estabelecidas, tendo como objetivo verificar de forma ampla o desempenho quali-quantitativo da FIBRA, cuja meta era de > 90% de assertividade e foi realizado 97,69%.

## 4. REALIZÁVEL

### 4.1. Gestão Previdencial

	2010	2009
Recursos a receber		
Contribuições normais e de autopatrocinadores	4.357	4.120
Patrocinador ITAIPU Binacional	3.761	3.558
Autopatrocinadores	14	11
Contribuições extraordinárias – patrocinador ITAIPU Binacional	582	551
Contribuições contratadas – patrocinador ITAIPU Binacional	86.061	85.575
Outras contratações - Rescisão de Dação em Pagamento (nota explicativa 10)	86.061	85.575
Outros realizáveis – patrocinador ITAIPU Binacional	1.213	0
Créditos relativos a ações judiciais cobertas pelo § 1º do Art. 79 do Regulamento	1.212	0
Outros valores a receber – reembolso do Patrocinador ITAIPU	1	0
	<b>91.631</b>	<b>89.695</b>

### 4.2 Gestão administrativa

	2010	2009
Receitas a Receber	784	731
Sobrecarga Administrativa – patrocinador ITAIPU Binacional	784	731
Despesas futuras	26	12
Adiantamentos	26	12
	<b>810</b>	<b>743</b>

### 4.3 Investimentos

#### • Títulos de Renda Fixa para negociação

	2010		2009	
	Custo Histórico de Aquisição	Valor de Mercado	Custo Histórico de Aquisição	Valor de Mercado
Caderneta de Poupança	2.082	2.295	12.828	12.828
CDB-Certificado de Depósito Bancário	30.500	30.770	32.600	34.786
Notas do Tesouro Nacional -NTN-B e C	149.027	169.536	226.900	253.020
Fundo RB Fidúcia HI Institucional FIDC	-	-	1.138	1.943
BRZ Crédito Privado FIM	5.878	8.461	5.878	8.140
FI Referenciado UBS Pactual Yield DI	89.615	92.770	989	991
FIC FIDC Caixa UBS Pactual	8.689	9.533	4.091	7.492
Votorantim FI Institucional RF	1.614	1.638	32.666	32.955
BNP Paribas Troppo VIII FIM CP	-	-	1.400	1.509
BNPP Troppo SUD FI Multi Cap Prot	4.230	5.127	4.230	4.027
BTG Pactual Capital Protegido II	-	-	4.000	4.017
UBS Pactual Emissões Primárias	15.011	16.205	3.071	3.176
BRZ Multi Recebíveis	19.970	20.231	-	-
FIC FIDC Caixa UBS P	1.677	3.483	3.866	3.938
Subtotal – fundos de investimentos	146.684	157.448	61.329	68.188
<b>Total de Títulos para negociação</b>	<b>328.293</b>	<b>360.049</b>	<b>333.657</b>	<b>368.822</b>

#### • Títulos de Renda Fixa mantidos até o vencimento

	2010		2009	
	Custo Histórico de aquisição	Valor Atualizado pela curva dos ativos	Custo Histórico de aquisição	Valor atualizado pela curva dos ativos
Certificados de Recebíveis Imobiliários	659	1.675	1.317	2.880
Debêntures Não Conversíveis	-	-	5.000	8.672
Letras Financeiras do Tesouro LFT-B	-	-	3.590	10.254
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B e C	857.298	995.021	790.971	862.086
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	24.000	25.812	-	-
<b>Total de Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>881.957</b>	<b>1.022.508</b>	<b>800.878</b>	<b>883.892</b>
<b>Total de Títulos de Renda Fixa</b>	<b>1.210.250</b>	<b>1.382.557</b>	<b>1.134.535</b>	<b>1.252.714</b>

#### • Fundos de Renda Variável

	2010		2009	
	Custo Histórico de aquisição	Valor de mercado	Custo histórico de aquisição	Valor de Mercado
<b>Fundos Exclusivos</b>				
FIA Merlot	47.250	79.188	49.661	97.437
BRAM FIB FIA	6.737	59.639	6.737	58.749
FI FIB Ações Previdenciário	14.780	66.408	14.780	66.588
Schroder FIB FIA	9.076	72.182	9.076	70.919
Ishares BOVA 11	39.912	40.835	-	-
<b>Subtotal - Fundos Exclusivos</b>	<b>117.755</b>	<b>318.252</b>	<b>80.254</b>	<b>293.693</b>
<b>Fundos Abertos</b>				
BBM Valuation 1 FIA	9.891	15.077	9.891	13.303
Bradesco FIA Dividendos	19.101	23.995	19.101	21.713
Bradesco FIA Inst. IBX Ativo	41.669	55.904	41.669	55.134
Mellon Income FIA	-	-	24.072	27.401
RB Fundament Inst FIA	6.000	7.017	-	-
BBM Valuation II FIC	986	994	-	-
Quest Ações Inst FIA	6.000	6.278	-	-
<b>Subtotal - Fundos Mútuos</b>	<b>83.647</b>	<b>109.265</b>	<b>94.733</b>	<b>117.551</b>

<b>Fundos de Investimentos em Participações</b>				
Brascan de Petróleo e Gás	2.353	2.091	2.350	2.094
Capital Mezanino	7.794	8.478	7.794	8.044
Empreendedor Brasil FMIEE	7.800	5.313	5.854	3.642
Logística Brasil FIP	20.000	18.963	10.620	10.200
Terra Viva	2.650	2.523	141	72
Rio Bravo Energia I	3.000	2.968	-	-
Neo Capital Mezanino II	500	447	-	-
Pátria Real Estate II	563	470	-	-
<b>Subtotal - Fundos de Invest. Em Participações</b>	<b>44.660</b>	<b>41.253</b>	<b>26.759</b>	<b>24.052</b>
<b>Fundos de Capital Protegido</b>				
BTG Capital Protegido II Ibov	4.000	4.221	-	-
Santander Capital Protegido Inst M	4.000	3.998	-	-
<b>Subtotal - Fundos de Capital Protegido</b>	<b>8.000</b>	<b>8.219</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DE RENDA VARIÁVEL</b>	<b>254.062</b>	<b>476.989</b>	<b>201.746</b>	<b>435.296</b>

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado. Os títulos e valores mobiliários, de Renda Fixa e de Renda Variável, estão custodiados no Banco Bradesco S.A.

Os títulos e valores mobiliários de renda fixa possuem os seguintes vencimentos:

	<b>Para negociação</b>	<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>Total</b>
Até 60 dias	106.889	-	12.481
De 61 a 180 dias	20.584	1.675	22.259
De 181 a 360 dias	-	-	-
Acima de 360 dias	232.576	1.020.833	1.190.369
	360.049	1.022.508	1.382.557

A classificação dos prazos é apresentada de acordo com os vencimentos dos títulos da carteira própria e em fundos de investimentos.

### **Letras Financeiras do Tesouro – LFT-B's**

O saldo das Letras Financeiras do Tesouro - LFT-B's, de 31 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 10.254, que foram recebidas do Tesouro Nacional em decorrência dos termos do acordo entre credores e o Estado de Alagoas e do aditamento ao contrato entre a União, FIBRA e o Estado de Alagoas, foram integralmente recebidas em 2010.

Restam pendências judiciais decorrentes do teor da Resolução do Senado Federal nº 53/2002, que introduziu o risco de restituição de valores na hipótese de manifestação final da Justiça pela invalidade dos títulos, risco esse considerado mitigado pela possibilidade de compensação com créditos constituídos ou a constituir, decorrentes de ações judiciais movidas pela FIBRA e de documentos firmados pelo Estado de Alagoas por ocasião do acordo.

O detalhamento dos valores envolvidos no acordo, bem como os reflexos nas demonstrações financeiras da entidade em 2010, está demonstrado a seguir:

Valor das LFT-B's no início do exercício de 2010, já descontadas as parcelas recebidas até 2009 e o desconto repassado ao Estado de Alagoas por ocasião do acordo firmado	10.254
(+) Rendimentos apropriados no exercício de 2010	386
(-) Parcelas recebidas no exercício de 2010	(10.640)
(+) Créditos condicionais a receber, previstos no acordo firmado	9.159
(-) Provisão para perda dos créditos a receber	(9.159)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2010	0

### **Negociação de Títulos Classificados na Categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”**

Visando garantir uma taxa de juros mais elevada por um prazo maior, em 2010 a FIBRA antecipou a substituição de lotes de títulos federais por vencimentos mais longos, junto à carteira própria, conforme previsto no art. 1º da Resolução CGPC nº15, de 23 de agosto de 2005. As operações de vendas e compras bem como os resultados destas operações estão a seguir demonstrados:

### **Provisões CDBs de emissão do Banco Santos S.A.**

Com a intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos S.A., em 12 de novembro de 2004, a Fundação constituiu provisão de R\$ 16.821, para eventual perda dos CDBs emitidos por este Banco. Esses papéis integravam a carteira do fundo exclusivo Associate-FI administrado pelo Banco Votorantim S.A. Com a extinção do fundo exclusivo, realizado pelo resgate dos ativos, este direito de crédito passou para a carteira própria, estando registrado pelo valor da habilitação na massa falida (R\$ 17.561), com a provisão para perda do mesmo valor.

Em razão da decretação da falência do Banco Santos S.A., ocorrida em 20.09.2005, houve a necessidade de contratação de serviços advocatícios para a habilitação dos créditos junto à massa falida e as providências para a busca de ressarcimento dos créditos da Fundação.

Após diversas reuniões com o grupo de credores constituído pela ABRAPP e em conjunto com outros fundos de pensão, com o objetivo de avaliar as estratégias de ações judiciais, com vistas à recuperação

dos ativos do Banco Santos, a Fundação, com aprovação de seu Conselho Deliberativo contratou o escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra para o acompanhamento do processo de falência, decidindo-se, também, por eventual contratação de outro escritório para a busca de resultados extra-falenciais, caso se revele conveniente.

Nos termos autorizados pelo juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, o administrador da Massa Falida do Banco Santos S.A. distribuiu, aos credores, em 2010, o valor correspondente a 30% do valor da habilitação na massa falida.

Em função da decisão, a FIBRA, recebeu R\$ 1.756 em julho, que corresponde a 10% do valor da habilitação, e R\$ 3.161, em dezembro de 2010, correspondente a 20%, do valor da habilitação, deduzida da parcela já recebida em julho. Estes valores foram contabilizados em receitas de investimentos e baixados da provisão retificadora do ativo.

Devido ao levantamento destes valores, conforme contrato, houve o pagamento de honorários de êxito ao escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, cujo percentual foi de 4% do valor levantado.

#### • Investimentos imobiliários

A entidade procedeu, em abril de 2008, a reavaliação de todos os imóveis componentes dos investimentos imobiliários, suportada por laudo de avaliação dos peritos independentes “EBRAPE - Empresa Brasileira de Avaliação de Patrimônio e Engenharia Ltda.” O método avaliatório utilizado foi o “Método comparativo de dados de mercado”, fundamentado em ampla pesquisa de mercado e envolvendo, além de preços ofertados e/ou comercializados, as características e atributos que exerçam influência no valor.

Os ativos reavaliados passaram, a partir de maio de 2008, a serem depreciados pela sua vida útil remanescente estimada no referido laudo de reavaliação, ou seja, 35 anos ou 2,86% ao ano.

Em 2010, a fundação vendeu parte dos imóveis do Edifício Centro Comercial Itália, pelo valor de R\$ 4.982, sendo que os valores contábeis destes imóveis na data das vendas eram de R\$ 3.444 o que resultou em um resultado positivo total de R\$ 1.538. Do valor da venda de R\$ 4.982, R\$ 2.984, foram recebidos no exercício de 2010 e R\$ 1.998, foram contabilizados em “Direitos em Alienações de Imóveis” e serão recebidos em parcelas. O detalhamento dos investimentos imobiliários, em 31 de dezembro de 2010, está a seguir demonstrado:

### Auditoria de gestão dos investimentos

Em conexão com a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, foi decidido manter a realização dos trabalhos de auditoria de gestão dos investimentos por nossos auditores externos, com o objetivo de avaliar a pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle utilizados na gestão dos recursos da entidade. O resultado desta auditoria consta em parecer específico, que atende ao disposto na referida Resolução.

### Demonstrativo da composição consolidada da carteira de investimentos

	2010	2009
Títulos Públicos	1.164.558	1.125.361
Títulos Públicos Federais	1.164.558	1.125.361
Créditos Privados e Depósitos	60.552	59.166
Instituições financeiras	60.552	50.494
Companhias Abertas	0	8.672
Fundos de Investimentos	634.437	503.483
Fundos de Renda Fixa	157.448	68.187
Fundos Exclusivos	318.252	293.693
Fundos Abertos	109.265	117.551
Fundos de Investimentos em Participações – FIP’s	41.253	24.052
Fundos de Capital Protegido	8.219	
Investimentos imobiliários	26.740	28.859
Aluguéis e Renda	24.742	28.859
Direitos em Alienações de imóveis	1.998	0
Operações com participantes	48.349	46.282
Empréstimos	48.349	46.282
<b>Total dos investimentos</b>	<b>1.934.636</b>	<b>1.763.151</b>

### 5. Exigível operacional

	2010	2009
<b>Gestão Previdencial</b>		
Benefícios a pagar – Provisões	709	642
Retenções a recolher	2.168	1.860
<b>Total Gestão Previdencial</b>	<b>2.877</b>	<b>2.502</b>
<b>Gestão Administrativa</b>		
Contas a Pagar	715	469
Retenções a recolher – Impostos a Recolher	172	70
Outras exigibilidades	17	0
<b>Total Gestão Administrativa</b>	<b>904</b>	<b>539</b>
<b>Investimentos</b>		
Investimentos Imobiliários	40	0
Outras exigibilidades – honorários advocatícios	2.488	2.268
<b>Total de investimentos</b>	<b>2.528</b>	<b>2.268</b>

O valor de honorários advocatícios de R\$ 2.488 (R\$ 2.268 em 2009), provisionado no balanço de 2010 em “Outras Exigibilidades”, corresponde ao saldo remanescente e atualizado, a ser pago por ocasião do cumprimento de condições contratuais relativas ao afastamento dos riscos decorrentes do teor da Resolução no 53/02 do Senado Federal.

## 6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

### 6.1 Exigível contingencial - Investimentos

Os valores das provisões e dos depósitos judiciais efetuados, relativos ao exigível contingencial dos Investimentos estão a seguir demonstrados:

	Valores Atualizados	
	2010	2009
<b>Provisões Acumuladas atualizadas</b>		
<b>IRRF anistia</b>	<b>115.709</b>	<b>111.643</b>
Provisões iniciais	44.737	44.737
Atualização das provisões efetuada	30.776	26.710
Provisão Complementar contabilizada em 2009	40.196	40.196
<b>IRRF RET</b>	<b>17.015</b>	<b>16.206</b>
Provisões iniciais	8.617	8.617
Atualização das provisões efetuada	8.398	7.589
<b>Subtotal das provisões acumuladas atualizadas</b>	<b>132.724</b>	<b>127.849</b>

(-) Depósitos judiciais realizados		
<b>IRRF anistia</b>	<b>(76.846)</b>	<b>(71.447)</b>
Depósitos Judiciais efetuados	(44.737)	(44.737)
Atualização dos depósitos judiciais contabilizados em 2009	(32.109)	(26.710)
<b>IRRF RET</b>	<b>(17.015)</b>	<b>(16.206)</b>
Depósitos Judiciais efetuados	(8.624)	(8.624)
Atualização dos depósitos judiciais contabilizados em 2009	(8.391)	(7.582)
<b>Subtotal dos depósitos judiciais atualizados</b>	<b>(93.861)</b>	<b>(87.653)</b>
<b>Saldo do Exigível dos Investimentos</b>	<b>38.863</b>	<b>40.196</b>

### Imposto de Renda – IRF

Fundamentada em parecer de seus assessores jurídicos, com base em outras teses jurídicas além da imunidade tributária, a entidade interpôs ação cautelar relativa ao IRRF, tendo obtido liminar judicial que possibilitou:

- Depositar judicialmente o valor original devido, do imposto de renda relativo aos 5 anos e optar pela anistia dos juros e multas de que trata a MP nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, sem desistência das ações judiciais e sem renunciar direitos, conforme estabelecido na referida Medida Provisória.
- Depositar judicialmente os valores de IRRF apurados a partir de setembro de 2001, utilizando a alíquota descrita no Regime Especial Tributário - RET.
- Continuar questionando judicialmente a incidência do IRRF, sob as alegações de outras teses, tais como: bitributação, não

incidência, isonomia com entidades abertas de previdência (proporcionalidade e razoabilidade).

Na eventualidade de não ter, no julgamento final do mérito, seus pleitos acatados pelo Poder Judiciário a entidade poderá requerer a desistência de todas as ações judiciais relativas aos tributos, além de desistir de qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações, com a conseqüente reversão dos valores depositados judicialmente em renda da União, de forma a preservar os efeitos da anistia, conforme parecer jurídico.

Para fins de prevenir a decadência de seu direito de cobrar o IRRF discutido na ação judicial e objeto de depósito judicial, a Secretaria da Receita Federal lavrou um primeiro Auto de Infração, no qual lançava de ofício o crédito tributário relativo apenas ao valor do principal do imposto, ou seja, sem multa ou juros de mora.

Posteriormente, porém, a Secretaria da Receita Federal lavrou outro Auto de Infração complementar, em substituição ao primeiro, corrigindo o valor do principal (imposto) lançado, que no primeiro Auto se encontrava a maior. Neste Auto, porém, foram lançados também juros de mora. Apresentada a impugnação ao lançamento, foi julgada improcedente.

Em 22 de setembro de 2004, a FIBRA recebeu da Delegacia da Receita Federal, cópia do acórdão da decisão que ratificou o entendimento da fiscalização daquele órgão federal que julgou procedente a exigência do IR relativo ao período da anistia, ou seja, 01/1997 a 08/2001, bem como a aplicabilidade dos juros de mora, da forma que constam no Auto de Infração complementar emitido contra a FIBRA.

Diante da decisão, a FIBRA apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, onde foi necessário fazer arrolamento de bens, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 264/02, pois segundo parecer dos advogados que defendem a ação, o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados e, que os depósitos judiciais efetuados garantem a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

A Fundação solicitou no Processo Judicial o cancelamento do Auto de Infração, tendo em vista, que os valores estão com as suas exigibilidades suspensas em função dos depósitos judiciais, o juiz da 6ª vara da Justiça Federal de Brasília, determinou o cancelamento do Auto de Infração, pois além do desrespeito do Fisco à ordem judicial, que garantiu a FIBRA o direito de depositar judicialmente o IRRF discutido, para assegurar a anistia, no Auto de Infração, foram aplicados juros de mora a partir do vencimento da obrigação tributária, o que eleva o valor exigido do imposto.

A pedido da Fazenda Pública Nacional, o mesmo Juiz Federal revogou sua decisão que havia determinado o cancelamento do Auto de Infração.

O recurso voluntário no Conselho de Contribuintes foi julgado improcedente, sendo que o relator alegou que quando findo o processo judicial, a fundação deveria recolher somente aquilo que o juiz estipulasse como devido.

Diante da decisão desfavorável e com orientação de seus consultores jurídicos, a FIBRA, em junho de 2006, apresentou Embargos de Declaração, alegando contradições e omissões na decisão do Conselho de Contribuintes. Caso haja nova decisão desfavorável no julgamento dos Embargos de Declaração, a fundação poderá ainda entrar com Recurso Especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Sem prejuízos dos direitos discutidos nas ações individuais, em que vem discutindo a exigibilidade do IR, em dezembro de 2005, a Fundação desistiu das ações coletivas impetradas pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar-ABRAPP, em atendimento ao disposto no artigo 94, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Em dezembro de 2004, a FIBRA contratou o Dr. Marco Aurélio Greco, para emitir parecer acerca das teses que vem sendo defendidas judicialmente, cuja opinião é fundamental no julgamento do processo.

Em setembro de 2006, a FIBRA obteve, por meio de seus advogados, junto à 6ª Vara Federal de Brasília a emissão de Ofício judicial determinando a alteração da correção da conta de TR para SELIC. Com isso a conta dos depósitos judiciais passou a ser corrigida, pela SELIC e não mais pela TR, como vinha ocorrendo. Resta a pendência quanto à correção do período passado, em que a conta vinha sendo corrigida pela TR, sendo que a FIBRA já pleiteou a regularização do saldo, visto que a determinação judicial é para correção anterior e futuro dos depósitos judiciais.

Com a publicação da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que instituiu o REFIS IV, a FIBRA reavaliou sua questão tributária tendo em vista uma eventual adesão aos benefícios propostos.

Após a análise dos termos da Lei e da Portaria Conjunta nº 10, subscritas pela Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Receita Federal, de 9 de novembro de 2009, onde estabelece que só terão direito aos descontos previstos em lei os contribuintes que depositaram judicialmente, além do valor principal do tributo questionado, as respectivas multas e juros, concluiu-se que a FIBRA ficou impossibilitada de aderir ao REFIS IV.

Diante disso, o Conselho Deliberativo decidiu pela manutenção das ações judiciais assim como, com base no § 2º, do artigo 12, da Resolução nº 13, de 01 de outubro de 2004, onde estabelece que para a realização dos objetivos da EFPC “os riscos identificados devem ser avaliados com observância dos princípios de conservadoris-

mo e prudência, sendo recomendável que as prováveis perdas sejam provisionadas, antes de efetivamente configuradas”, efetuar a provisão da diferença entre o Auto de Infração Complementar atualizado (R\$ 111.643) e o saldo da conta judicial (R\$ 71.447) no valor de R\$ 40.196 (atribuída à remuneração a menor da conta judicial de TR para SELIC e juros desde os fatos geradores do Auto de Infração Complementar).

Em 30 de novembro de 2009, a ação cautelar, na análise de mérito, foi julgada improcedente, porém com contradições, equívocos e omissões que levou a FIBRA, com orientação de seus consultores jurídicos, com base no artigo 535 do Código de Processo Civil, apresentar embargos de declaração.

## **6.2. Exigível contingencial – Gestão Previdencial**

A maioria dos processos judiciais movidos pelos assistidos contra a FIBRA ou Patrocinador ITAIPU Binacional não deve impactar no patrimônio líquido da FIBRA, pois de acordo com o artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios, nas “hipóteses de condenação judicial, referente a ato ou omissão inerente à gestão de Recursos Humanos do Patrocinador, ou revisão administrativa promovida pelo Patrocinador, que implique majoração dos benefícios concedidos ou a conceder pela FIBRA, caberá ao respectivo Patrocinador efetuar o aporte do numerário correspondente à diferença de reserva matemática, deduzidos os valores de contribuição de responsabilidade dos Participantes”.

Dos processos judiciais, que não são cobertos pelo artigo 79, § 1º do Regulamento do Plano de Benefícios (que geram impacto no Patrimônio Líquido), após a avaliação jurídica das probabilidades de êxito ou perda dos processos, foram consignadas na contabilidade, em 2010, provisões para eventuais perdas, no valor de R\$ 279.

Em agosto de 2010, a ITAIPU e a FIBRA foram oficiadas em uma execução de sentença provisória para, no prazo de 48 horas, efetuar o depósito de R\$ 1.165 ou oferecer bens a penhora. O tema foi tratado no âmbito de ITAIPU e da FIBRA e, por solicitação da área jurídica de ITAIPU, a FIBRA ofereceu dois andares do Edifício Parigot de Souza para penhora e provisionou o valor em setembro/2010, no Passivo - Exigível Contingencial, tendo o Ativo-Realizável como contrapartida, por tratar-se de ação judicial que tem cobertura pelo § 1º do Artigo 79 do Regulamento da FIBRA, que prevê a responsabilidade de ITAIPU por aportes de reservas em casos que decorram de ato inerente à gestão de RH de ITAIPU e, portanto, nestes casos, eventuais perdas na esfera judicial não impactariam no patrimônio líquido da FIBRA, situação na qual a majoração no passivo seria coberta pela

majoração, em igual valor, do ativo, a ser pago por ITAIPU, este valor atualizado para 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 1.212.

Durante o exercício de 2011 a ITAIPU e FIBRA constituirão um Grupo de Trabalho, para avaliar as demandas e seus reflexos trabalhistas e previdenciários, para eventuais ajustes contábeis, tanto na FIBRA (ativo) como na ITAIPU (passivo) para os processos judiciais cobertos pelo artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios.

### 6.3. Exigível contingencial – Gestão Administrativa

#### 6.3.1 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Programa de Integração Social - PIS

O Supremo Tribunal Federal –STF ao analisar a constitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, que trata da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS e para o Programa de Integração Social-PIS, entendeu que somente existirá base de cálculo das mencionadas contribuições se houver faturamento, ou seja, venda de mercadorias ou de prestação de serviços ou a combinação de ambos.

A base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecida para os fundos de pensão é lastreada na referida lei e resulta na soma do custeio administrativo (Sobrecarga Administrativa) e na remuneração do fundo administrativo, não sendo, portanto, faturamento.

Com base na decisão do STF e em parecer jurídico, a FIBRA inter pôs ação judicial visando o reconhecimento da não sujeição ao recolhimento das referidas contribuições sobre o custeio administrativo (sobrecarga administrativa e remuneração do fundo administrativo), tendo obtido liminar que permitiu depósito judicial dos valores da COFINS e do PIS, relativos a fatos geradores a partir da competência de agosto de 2008. A ação visa, ainda, à recuperação dos valores de PIS e COFINS que foram recolhidos após o encerramento das ações, relativa à anistia instituída pela MP nº 2.222/01.

#### 6.3.2 Provisões para processos trabalhistas:

A FIBRA em 2010, após avaliação jurídica de demandas trabalhistas, efetuou provisão de R\$ 117 no Exigível Contingencial do PGA, para cobrir os custos de eventuais. Este valor adicionado, ao valor já provisionado em 2009, no valor de R\$ 5, mesmo montante do depósito recursal efetuado, resultou em uma provisão total de R\$ 122.

Os valores das provisões e dos depósitos judiciais efetuados, relativos às contribuições para o PIS, para a COFINS e para o processo judicial de ex-empregada da fundação, estão a seguir demonstrados:

	Valores Atualizados	
	2010	2009
<b>Provisões acumuladas</b>		
COFINS	1.126	621
PIS	183	94
Provisões trabalhistas	122	0
<b>Subtotal das provisões acumuladas</b>	<b>1.431</b>	<b>715</b>
<b>(-) Depósitos Judiciais/Recursais</b>		
COFINS	(1.126)	(621)
PIS	(183)	(94)
Atualização dos Depósitos Judiciais – PIS e COFINS	0	0
Depósito recursal trabalhista	(5)	0
<b>Subtotal das provisões acumuladas</b>	<b>(1.314)</b>	<b>(715)</b>
<b>Saldo do exigível contingencial do Programa Administrativo</b>	<b>117</b>	<b>0</b>

### 7. EXIGÍVEL ATUARIAL

A composição do exigível atuarial, em 31 de dezembro de 2010, e respectiva movimentação no exercício que findam nesta data são as seguintes:

Provisões Matemáticas	2010	2009
Benefícios Concedidos	1.150.742	981.384
Benefícios definidos	1.150.742	981.384
Benefícios a Conceder	704.230	637.958
Benefícios definidos	704.230	879.837
(-) Provisões Matemáticas a Constituir – Serviços passados	(42.326)	
Reservas a amortizar	(44.208)	(42.326)
<b>Total de Provisões Matemáticas</b>	<b>1.810.764</b>	<b>1.577.016</b>

A movimentação das provisões matemáticas no exercício foi a seguinte:

No início do exercício	1.577.016
Constituição no exercício de 2010	233.748
<b>Saldo no final do exercício de 2010</b>	<b>1.810.764</b>

## 8 . EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representam os resultados acumulados obtidos pela entidade e registrado na conta de resultados realizados.

## 9. FUNDOS – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A constituição nos exercícios findos em 31 de dezembro foi efetuada da seguinte forma:

	2010	2009
<b>Fundo administrativo permanente</b>	<b>458</b>	<b>371</b>
Saldo inicial	371	407
Constituição/Reversão	87	(36)
<b>Fundo administrativo financeiro</b>	<b>17.756</b>	<b>16.258</b>
Saldo anterior	16.258	13.042
Custeio administrativo do exercício	9.147	8.615
Outras receitas administrativas	3	-
Despesas administrativas do exercício	(9.107)	(8.244)
Remuneração do fundo	1.664	2.772
Constituição/Reversão do fundo administrativo do financeiro para o permanente	(87)	36
Reversões/Constituições de contingências	(122)	37
<b>Saldo dos fundos da gestão administrativa</b>	<b>18.214</b>	<b>16.629</b>

## 10. OUTRAS CONTRATAÇÕES COM O PATROCINADOR - ITAIPU – RESCISÃO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

O “Instrumento Particular de Rescisão de Dação em Pagamento” foi assinado, entre a FIBRA e o patrocinador ITAIPU Binacional, em 18 de dezembro de 2003 e contemplou todos os aspectos exigidos pela Resolução CGPC nº 17, de 11 de julho de 1996. A cópia do contrato foi remetida para a Secretaria de Previdência Complementar-SPC em 22 de dezembro de 2003, atendendo as disposições legais. Após o envio de documentos complementares solicitados pela PREVIC-Superintendência Nacional de Previdência Complementar, em 13 de junho de 2005, por meio do Ofício nº744/PREVIC/DITEC/CGAT, a Rescisão da Dação em Pagamento e Outras Avenças entre a FIBRA e o patrocinador ITAIPU, foi aprovada.

As parcelas do montante contratado estão sendo pagas por ITAIPU em 230 parcelas, sendo que em 2009, foram pagas 12 parcelas, todas atualizadas pelo INPC e juros reais de 6% ao ano, sendo posterior-

mente, ajustadas pela Rentabilidade Mínima Atuarial - RMA, apurada anualmente.

Os efeitos desta operação no patrimônio da FIBRA em 31 de dezembro de 2010 estão demonstrados no quadro a seguir:

<b>Outras contratações com o Patrocinador Rescisão da Dação em Pagamento</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	85.575
(-) 12 parcelas pagas em 2010	(9.611)
(+) Valor da atualização e juros da dívida em 2010	10.097
<b>= saldo em 31/12/10</b>	<b>86.061</b>

## 11. DÉBITO DO PATROCINADOR NO CASO DE RETIRADA HIPOTÉTICA

De acordo com a nota técnica atuarial do atuário independente, a reserva matemática em 31 de dezembro de 2010, considerando a retirada hipotética do Patrocinador, calculada conforme a interpretação da Resolução CPC nº 06/88, alcançou o valor de R\$ 1.788.678 (R\$ 1.567.745 em 2009), feita dentro do princípio de “Benefícios com direitos já acumulados”, avaliada retirando-se a projeção de crescimento real de salário e considerando-se o “turnover” nulo.

### **SILVIO RENATO R. SILVEIRA**

Diretor Superintendente  
CPF – 514.772.629-20

### **DENYSE GUBERT ROCHA**

Diretora de Administração e Processos  
CPF – 510.083.789-68

### **FLORICIO MEDEIROS DA COSTA**

Diretor de Seguridade  
CPF – 425.879.210-15

### **EDMILSON RICARDO**

Contador – CRC PR 033.375/0-8  
CPF – 566.559.329-04

# PARECER ATUARIAL

1) Com relação à situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido vigente na FIBRA, considerando um Ativo Líquido, em 31/12/2010, de R\$ 1.961.109 mil, o qual já está acrescido da reversão do Fundo de Oscilação de Rentabilidade de R\$ 58.708 mil, constituído ao final de 2009, por prudência atuarial, para dar cobertura à eventualidade de não se alcançar em determinado momento a meta atuarial de rentabilidade, sendo que tal valor, já posicionado em 31/12/2010, corresponde a R\$ 65.745 mil, tem-se que:

com a adoção das novas hipóteses atuariais na avaliação atuarial do exercício de 2010, a situação do Plano ficou superavitária em R\$ 150.345 mil, equivalente a 7,67% do referido Ativo Líquido de R\$ 1.961.109 mil, com as seguintes aberturas:

Referência	Valor do Impacto na Situação Atuarial do Plano em 31/12/2010
(a) Reversão do Fundo Previdencial	R\$ (65.745.050,01)
(b) Impacto relativo à Projeção de Crescimento Real de Salário e de Rotatividade	R\$ 6.078.016,73
(c) Impacto decorrente da alteração da taxa real de juros de 6% para 5,75% a.a.	R\$ 64.183.505,97 <sup>(1)</sup>
(d) Impacto decorrente da substituição da Tábua de Entrada em Invalidez “LIGHT MÉDIA” pela Tábua de Entrada em Invalidez “LIGHT FRACA” (vide item 4 deste parecer atuarial)	R\$ (4.167.326,54)
(e) Impacto Total	R\$ 349.146,15

<sup>(1)</sup> Valor bem próximo dos R\$ 65.745 mil correspondente ao valor, já posicionado em 31/12/2010, do Fundo de Oscilação de Rentabilidade constituído, ao final de 2009, no valor de R\$ 58.708 mil e que está sendo revertido ao final de 2010, tendo em vista, inclusive, ter se passado a adotar uma taxa real de desconto/juros de 5,75% ao ano em substituição à de 6% ao ano anteriormente adotada.

NOTA: O impacto no valor das Provisões Matemáticas de 31/12/2010, do aumento real de 1% dado no Acordo Salarial Coletivo de Novembro de 2010 pela ITAIPU BINACIONAL, foi de R\$ 20.858 mil, já incorporado no cálculo do passivo.

2) Em relação às hipóteses de rotatividade (aqui entendida como saída do Plano sem direito a receber benefício) e de projeção de crescimento real de salário, conforme também já destacado e mencionado no item 1, houve atualização das escalas, utilizando-se como base os dados dos participantes da FIBRA, posicionados nos meses de dezembro, relativos aos anos de 1995 a 2009, sendo que no ano de 2010, a base de dados foi posicionada em julho de 2010. Para atualizar a escala de rotatividade foram utilizadas as informações referentes aos participantes que se desligaram da FIBRA e efetuaram resgate neste intervalo de tempo. Na aplicação da metodologia utilizada para refletir com aderência tais hipóteses, obteve-se os seguintes resultados: crescimento real médio de salário: 2,01% ao ano em 2010 versus 1,92% ao ano em 2009 e rotatividade média anual: 0,20% em 2010 versus 0,13% em 2009. Isto deve-se, principalmente, à movimentação da

massa causada pelo ingresso de novos participantes e pelos desligamentos decorrentes do PPDV (Programa Permanente de Desligamento Voluntário).

3) Em relação à alteração da hipótese da taxa real de juros (desconto), considerando os estudos realizados pela Gerência Financeira da FIBRA, que levaram em conta a atual perspectiva de continuidade da redução da taxa de juros dos títulos públicos brasileiros ao longo dos anos futuros, concluiu-se pela melhor sustentabilidade de uma taxa real de juros (desconto) de 5,75% ao ano e, dessa forma, a taxa real de juros/desconto, adotada na presente avaliação atuarial, foi reduzida de 6% ao ano para os referidos 5,75% ao ano.

4) Em relação à alteração da tábua de entrada em invalidez, da “LIGHT” (MÉDIA) usada na avaliação atuarial do exercício anterior (ano de 2009) para a “LIGHT-FRACA” (ano de 2010), tal alteração está amparada em estudo de aderência de Tábuas de Entrada em Invalidez, apresentado pelo JM/2961/2010, o qual, em seus itens 2 e 3, indicou que, para o exercício de 2011, a Tábua de Entrada em Invalidez “LIGHT-FRACA”, é a que apresenta, conforme metodologia ora aperfeiçoada, uma melhor estimativa da quantidade de entradas em invalidez ao longo de cada ano.

5) Permaneceram sem qualquer alteração as seguintes hipóteses atuariais adotadas:

- i) Tábua de Mortalidade Geral: Mantida em 2010, ou seja, considerando o “qx da AT-2000 (Desagravada em 10%)”;
- ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: Mantida em 2010, ou seja, considerando o “ $q_x^i = q_x$  da AT-83 (Desagravada em 10%)”;
- iii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Mantido em 2010 no mesmo nível de 100%, adotado em 2009, já que, da mesma forma de 2009 e 2008, se está trabalhando com a média atualizada do Salário Real de Benefício (SRB) definido no Regulamento do Plano;
- iv) Em relação à composição familiar, manteve-se a premissa de Família Média, para os benefícios de pensão por morte dos participantes ativos e assistidos (ainda não falecidos), considerando a realidade da diferença média da ordem de 6 anos de idade entre os atuais participantes assistidos e respectivos beneficiários vitalícios (cônjuge ou equivalente), conforme parecer atuarial JM/0125/2011, de 13 de janeiro de 2011, visando evitar a descontinuidade no cálculo do passivo em relação aos dois grupos, no momento da aposentadoria, mantendo assim, o equilíbrio entre as Reservas de Benefícios a Conceder (risco iminente) e as Reservas de Benefícios Concedidos. Em relação aos benefícios já concedidos de pensão por morte, foi mantida a adoção da família efetiva. A premissa de Família Média permanece sob monitoramento; e

v) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: Mantida em 2010 no mesmo nível de 98,10% adotado em 2009, em conformidade com o JM/0126/2011 de 13 de janeiro de 2011.

6) Devemos destacar que este Plano de Benefício Definido da FIBRA possui em carteira própria papéis que levará até o vencimento com taxas atreladas à inflação, com “spread” superior à meta atuarial, cujo registro contábil, nos termos do artigo 3º da Resolução CGPC nº 04/2002, está sendo feito pelos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos conforme taxa pactuada. A diferença entre o valor contabilizado e o valor de mercado destes títulos aumentaria em R\$ 128.040 mil o superávit existente. A capacidade financeira relativa à adoção de procedimento de registro de títulos classificados como “títulos até o vencimento” pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil, traçado pela área de investimentos, leva em consideração os fluxos de receitas e despesas projetados, atuarial e financeiramente, para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

7) A rentabilidade nominal líquida efetivamente obtida ao longo de 2010 pela FIBRA, nas aplicações financeiras deste Plano, utilizando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de 11,13% ou 11,47% por cotas, o que representou:

- i) Em relação ao IPCA do IBGE, aplicado com um mês de defasagem (ou seja, em relação ao indexador atuarial projetado, ao final de 2009, para o ano de 2010) no período de janeiro a dezembro de 2010, se obter juro real de 5,20% ao ano (com base na TIR) ou 5,53% ao ano (com base no sistema de cotas).
- ii) Em relação ao IPCA do IBGE, aplicado com um mês de defasagem, ajustado ao reajuste salarial dado no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de Novembro de 2010, na Tabela Salarial do Patrocinador, no período de janeiro a novembro de 2010, (considerando, no mês de dezembro de 2010, o IPCA do IBGE de 0,83% relativo a novembro de 2010), se obter juro real de 0,73% (com base na TIR) ou 1,04% (com base no sistema de cotas).

NOTA: Se fossem registrados todos os títulos de renda fixa a preços de mercado, do final do ano de 2009 até o final do ano de 2010, pelo sistema de cotas, a rentabilidade nominal líquida obtida ao longo de 2010 corresponderia a 14,49% (bem superior aos referidos 11,47%).

IMPORTANTE: A meta atuarial de juros reais a ser obtida ao longo do exercício de 2011 foi estabelecida nesta avaliação atuarial em 5,75% ao ano, em substituição a 6,00% ao ano.

8) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e do Ativo Líquido deste Plano do final do ano de 2009 para o final do ano 2010, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2009	31/12/2010	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	981.384	1.150.742	17,26%
Provisão de Benefícios a Conceder	637.958	704.230	10,39%
Provisão Matemática a Constituir	(42.326)	(44.208) <sup>(1)</sup>	4,45%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	1.577.016	1.810.764	14,82%
Resultado Técnico Acumulado	154.796	150.345 <sup>(3)</sup>	(2,87)%
Ativo Líquido do Plano	1.731.812	1.961.109 <sup>(2)</sup>	13,24%

NOTA: O Resultado do Ano de 2009 foi de R\$ 25.174 mil e o resultado do Ano de 2010 foi de R\$ 4.450 mil. <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> A ser amortizada pelo pagamento pela ITAIPU BINACIONAL da Contribuição Suplementar de 2,32% da sua Folha Salarial a vigorar durante 468 meses a contar de abril de 1988 (restando, portanto, 207 meses a contar, inclusive, de janeiro de 2011, para o término da vigência dessa contribuição amortizante).

<sup>(2)</sup> Inclusa a reversão do Fundo Previdencial de R\$ 58.708 mil. (Ver "IMPORTANTE" na folha 2/3 das Observações no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA)

<sup>(3)</sup> Se for desconsiderada a provisão contingencial (R\$ 38.863 mil), o Resultado do Ano de 2010 seria de R\$ 43.313 mil.

OBSERVAÇÃO: No que tange à destinação do superávit, a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008 impõe diversas exigências, tais como a obtenção de superávits superiores a 25% das reservas matemáticas (passivo atuarial), avaliação atuarial com taxa máxima real de juros de 5% ao ano e utilização de tábua biométrica com mortalidade não superior a da AT-2000. Assim, qualquer proposta da destinação do superávit só poderá ser apreciada e discutida na FIBRA quando o Plano de Benefícios atender a todos os requisitos da referida Resolução. Atualmente o superávit do Plano é de 7,67% das reservas matemáticas, ou seja, aquém dos 25% estabelecidos pela legislação.

9) Na evolução das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) desde o encerramento do exercício de 2009 até o encerramento do exercício de 2010, os impactos que merecem destaque são os seguintes:

i) Acréscimo de 10,39% na Provisão de Benefícios a Conceder decorrentes, entre outros aspectos, do impacto dos seguintes fatores:

- Reajuste realizado, em novembro de 2010, na Tabela Salarial do Patrocinador de 6,252% (sendo 5,20% referente ao IPCA do IBGE acumulado de novembro/2009 a outubro/2010 e 1% referente a ganho real);
- 121 novas inscrições de participantes com repercussões na idade média e na remuneração média dos participantes ativos;
- Embora mantidas as metodologias de cálculo dos parâmetros relativos à projeção de crescimento real de salário e à projeção de rotatividade, a taxa de crescimento real de salário aumentou de

1,92% ao ano em 2009 para 2,01% ao ano em 2010 e a taxa de rotatividade (saída sem direito a benefícios) aumentou de 0,13% ao ano em 2009 para 0,20% ao ano em 2010;

- Redução da taxa real de juros de 6% ao ano utilizada na avaliação atuarial do final de 2009 para 5,75% ao ano na avaliação atuarial do final de 2010, conforme justificado no item 3 deste Parecer Atuarial; e
- Alteração da Tábua de Entrada em Invalidez “LIGHT (MÉDIA)” adotada na avaliação atuarial do exercício anterior (ano 2009) para a Tábua de Entrada em Invalidez “LIGHT (FRACA) na avaliação atuarial deste exercício (ano 2010)”, conforme justificado no item 4 deste Parecer Atuarial.

ii) Acréscimo de 17,26% na Provisão de Benefícios Concedidos decorrentes, entre outros aspectos, do resultado líquido dos seguintes fatores:

- Acréscimo do número de assistidos, em 91 pessoas, que passou de 1.195 em novembro/2009 para 1.286 em novembro/2010 sendo 1.123 benefícios de aposentadorias e 163 benefícios de pensão por morte;
- Reajuste realizado, em novembro de 2010, na Tabela Salarial do Patrocinador, que é também aplicado aos benefícios concedidos, de 6,252% (sendo 5,20% referente ao IPCA do IBGE acumulado de novembro/2009 a outubro/2010 e 1% referente a ganho real);
- Provisão de 0,83% referente ao IPCA do IBGE de novembro de 2010 a ser aplicado em dezembro de 2010, de forma a que a Provisão de Benefícios Concedidos ficasse a preços de dezembro de 2010; e
- Redução da taxa real de juros de 6% ao ano em 2009 para 5,75% ao ano em 2010, conforme justificado no item 3 deste Parecer Atuarial.

iii) Variação de 4,45% no valor da Provisão Matemática a Constituir decorrente, basicamente, do resultado líquido dos seguintes fatores:

- Alteração no crescimento real salarial médio de 1,92% ao ano (na avaliação atuarial do ano de 2009) para 2,01% ao ano (na avaliação atuarial de 2010);
- Alteração da taxa real de juros/desconto de 6% ao ano (na avaliação atuarial do ano 2009) para 5,75% ao ano (na avaliação atuarial de 2010); e
- Evolução, pela decorrência de mais 12 meses, do prazo remanescente de vigência da contribuição suplementar patronal de 2,32% da folha salarial, de 219 meses para 207 = 219 – 12 meses.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2010, a idade média dos participantes ativos é de 41,23 anos, desconsiderando-se os que constituem os riscos iminentes. Se considerados todos os participantes ativos, essa idade média na avaliação atuarial de 2010 é de 43,12 anos.

10) A Contribuição Normal Pura (que exclui sobrecarga administrativa) vigente, atuarialmente determinada, de 24,45% da folha do

Salário Real de Contribuição (sem considerar a inclusão do correspondente à jóias de ingresso que estão sendo pagas) encontra-se um pouco acima do Custo Normal Puro (que exclui sobrecarga administrativa), atuarialmente reavaliado ao final de 2010, de 24,16% da folha do Salário Real de Contribuição. Tal fato significa que a Contribuição Normal Pura, que vem sendo praticada, está algo acima do Custo Normal Puro reavaliado no encerramento do exercício de 2010, sendo que, por indicação atuarial, eventuais reduções ou ajustes na Contribuição Normal Pura vigente deverão ser precedidos de análises de tendências de longo prazo nas hipóteses atuariais adotadas, observada a legislação aplicável.

11) O total das Provisões Matemáticas, em 31/12/2010, considerando um hipotético saldamento deste Plano de Benefício Definido, com a concessão de um benefício proporcional ao tempo averbado de filiação ao Plano para os participantes não assistidos e com a continuidade do pagamento dos benefícios já concedidos (incluindo a garantia do pagamento dos benefícios diferidos), foi avaliado considerando nulos tanto o crescimento real de salário quanto a rotatividade, tendo sido obtido como resultado o valor de R\$ 1.788.678 mil, que encontra plena cobertura no Ativo Líquido do Plano, então existente, de R\$ 1.961.109 mil, sendo relevante ressaltar quanto a essa situação, que a descontinuidade de um Plano de Benefícios Previdenciários de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar apresenta questões que ultrapassam os aspectos quantitativos considerados na avaliação atuarial aqui realizada, devendo serem tais questões, previamente analisadas com profundidade, caso, por qualquer motivo, um cenário de descontinuidade venha a se apresentar.

12) Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, como Provisão Matemática a Constituir e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais descritas no Anexo A deste DRAA e os regimes atuariais de financiamento descritos na folha 1/3 do DRAA e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIBRA, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2010, refletida no DRAA.

13) Em consonância com a OBSERVAÇÃO apresentada no item 8 deste Parecer Atuarial, a destinação do Superávit Técnico Acumulado, que está totalmente registrado como Reserva de Contingência, é a de dar cobertura à ocorrência de eventuais desvios desfavoráveis em relação às hipóteses atuariais adotadas, em especial, às relativas à mortalidade (sobrevivência) e à taxa de retorno dos investimentos.

14) Para fins de abertura das Provisões Matemáticas apresentadas na folha 2/3 deste DRAA, dentro do Plano de Contas vigente desde 01/01/2011, temos a seguinte situação:

2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	1.150.742.025,46
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.150.742.025,46
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	1.068.187.194,51
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	82.554.830,95
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	704.229.613,83
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	684.127.238,30
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	945.224.275,56
2.3.1.1.02.02.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(158.125.347,70)
2.3.1.1.02.02.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(102.971.689,56)
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	20.102.375,53
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	32.373.317,37
2.3.1.1.02.03.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(7.431.516,52)
2.3.1.1.02.03.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(4.839.425,32)
2.3.1.1.02.04.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capital de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	(44.207.897,62)
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado	(44.207.897,62)
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinadores	(44.207.897,62)
2.3.1.1.03.01.02	Participantes	( 0,00)
2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas	1.810.763.741,67
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	150.345.373,22
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	150.345.373,22
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.0.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.961.109.114,89

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2011

**JOSÉ ROBERTO MONTELLO**  
 ATUÁRIO - MIBA N° 426

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores  
Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA - Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e a respectivas demonstrações das mutações do ativo líquido, das mutações do ativo líquido por plano de benefícios, do ativo líquido por plano de benefícios, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2010, as mutações de seu ativo líquido e seu plano de gestão administrativa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 28 de janeiro de 2011

**Cláudio Henrique Damasceno Reis**  
Sócio Contador  
CRC 15C024.494/0-1  
BDO Auditores Independentes  
CRC 2 SPP013.439/0-5 "S" PR

**Gilberto de Souza Schlichta**  
Diretor  
CRC 1PR035.508/0-5  
BDO Auditores Independentes  
CRC 2SP013.439/0-5 "S" PR

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA, usando das atribuições que lhes conferem os Estatutos da Entidade, após exame do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2010, e respectivas Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido, consolidada e por plano de benefícios, do Ativo Líquido por plano de Benefícios, do Plano de Gestão Administrativa e das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios, encerrados em 31 de dezembro de 2010, bem como as contas e atos da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2010, e, embasados nos pareceres da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda e dos Auditores Independentes BDO Trevisan Auditores Independentes, são de opinião que as aludidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira da Fundação, merecendo a aprovação do Conselho Deliberativo.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2011.

**Salomão Galperin**  
Presidente  
**Emílio Ruiz Gomes**  
Conselheiro

**Rogério Duarte**  
Conselheiro  
**José Carlos Siqueira Peçanha**  
Conselheiro

## PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA, no uso de suas atribuições estatutárias, examinaram o Relatório Anual de Informações e a prestação de contas constituída de: Balanço Patrimonial, Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido, consolidada e por plano de benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa e Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, devidamente acompanhados do Parecer da auditoria externa BDO Trevisan Auditores Independentes, pelo Parecer Atuarial da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberando pela aprovação dos documentos mencionados no inciso II do Art. 20, do Estatuto da FIBRA, relativo ao exercício de 2010.

Curitiba, 1º de março de 2011.

**Antonio José Correia Ribas**  
Presidente  
**Ariel da Silveira**  
Conselheiro  
**Giovani dos Anjos Teixeira**  
Conselheiro

**José Ricardo da Silveira**  
Conselheiro  
**Sérgio Possolo Gomes**  
Conselheiro  
**Saulo Assumpção**  
Conselheiro

# POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2011

(Resumo - em atendimento a Resolução CGPC nº 23 de 06 dez. 2006)

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Silvio Renato Rangel Silveira	514.772.629-20	Superintendente

**Objetivos da Gestão:** A gestão dos recursos da FIBRA é realizada internamente e por intermédio de gestores contratados. O estilo de gestão adotado deve ser ativo, atuando em todos os mercados permitidos pela legislação em vigor, com vistas a se obter os retornos necessários aos objetivos definidos na Política de Investimento, levando-se sempre em consideração o limite de risco da FIBRA e a característica de seu passivo.

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2011 a 12/2011	IPCA	6,00 %

Alocação de Recursos			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	63,00 %	73,00 %	68,00 %
Renda Variável	12,00 %	35,00 %	23,00 %
Imóveis	0,70 %	3,00 %	1,50 %
Empréstimos e Financiamentos	1,00 %	5,00 %	2,50 %
Investimentos Estruturados	3,00 %	7,00 %	5,00 %
Investimentos no Exterior	0,00 %	0,00 %	0,00 %

\* **Alocação/Derivativos** – Proteção+Exposição, conforme Art.44 da Resolução nº 3.792.

## Cenários Macroeconômicos

As projeções utilizadas para 2011, no estudo de ALM, foram:

Selic: 6,07% aa	IGP-M: 0,23% aa	Ibovespa: 11,56%aa
Crédito+Prêmio: 103% do CDI	INPC/IPCA: 4,84% aa	

Índice de Referência (benchmark)

- **Segmento de Renda Fixa:** O desempenho será comparado com o benchmark composto pela ponderação entre os fatores de risco componentes do estudo de ALM e os subíndices da família do Índice de Mercado Andima (IMA) correspondentes: IMA-B5 (IPCA) 30%, IMA-B5+ (IPCA) 59%, IMA-C5+ (IGP-M) 6,5%, CDI 4,5%.

- **Segmento de Renda Variável:** Será utilizado o benchmark híbrido: 60% IBOVESPA + 40% IBRX-100;

- **Segmento de Imóveis:** IPCA acrescido de juros de 6% a.a.;
- **Segmento de Empréstimos a Participantes:** INPC acrescido de juros de 6% a.a.;
- **Carteira Consolidada de Investimentos:** IPCA acrescido de juros de 6% a.a..

## Controle de Risco

Os procedimentos de controle interno e de avaliação de risco de investimentos da FIBRA estão inclusos nos Procedimentos Gerenciais e Operacionais, nos critérios e demais normas internas integrantes do escopo de certificação de qualidade da FIBRA, aprovados pela Diretoria Executiva, e submetidos às auditorias interna e externa da qualidade, dentro do padrão da ISO-9000.

Os critérios para Avaliação dos Riscos estão assim dispostos:

- Risco de Crédito e Mercado para Instituições Financeiras – RiskBank elaborado pela Consultoria Lopes & Filho Associados;
- Risco de Mercado – Metodologia VaR;
- Risco de Liquidez – Fluxo do Passivo Atuarial;
- Risco Operacional – Consultoria RiskOffice / ISO 9000;
- Risco Legal – Administrador Fiduciário e parecer jurídico quando necessário;
- Risco Sistemico – Análise de stress.

## Gestão dos Recursos

A FIBRA faz gestão própria de parte dos ativos e possui 16 gestores para a parcela da carteira terceirizada. Estes gestores são avaliados, anualmente, tendo como parâmetros os objetivos de cada segmento.

Os principais critérios para a contratação dos gestores são:

**Qualitativos:** Estrutura de Suporte e de Controle, Práticas de Marcação a Mercado, Capacidade Técnica, Histórico da Empresa e dos Controladores.

**Quantitativos:** Total de Recursos Administrados, Custos, Riscos Incorridos e Rentabilidade Histórica auferida.

**Estratégia de formação de preços:** Os ativos serão valorizados a níveis vigentes no mercado, exceto aqueles de maior prazo a serem levados a vencimento, os quais serão valorizados pela taxa de aquisição.

**Hedge:** A FIBRA poderá efetuar operações de hedge visando à proteção dos ativos componentes de suas carteiras de investimentos, sempre que os estudos técnicos assim recomendarem.

**A Política de Investimento da FIBRA, na íntegra, está disponível no site [www.fundacao itaipu.com.br](http://www.fundacao itaipu.com.br) ou, se desejar, solicite cópia impressa.**

# RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Este informativo atende ao disposto no Art. 17 da Resolução CGPC nº. 13 de 01/10/2004, Art. 3º da Resolução CGPC nº. 23 de 06/12/2006 e Instrução SPC nº 14 de 18/01/2007 alterada pela Instrução SPC nº. 21 de 07/04/2008 que disciplinam a divulgação de informações aos participantes.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL, EM ATENDIMENTO AO ART.19 DA RESOLUÇÃO CGPC N.º 13 DE 01/10/2004

O conselho fiscal em sua reunião ordinária realizada em 18 e 19 de fevereiro de 2010 emitiu parecer favorável sobre a aderência da gestão dos recursos no 2º semestre de 2009, em relação a Política de Investimentos quanto a aplicação dos recursos garantidores, e legislação pertinente ao art. 19º da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004. Os itens analisados constam do presente demonstrativo.

## 1. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

(Inciso I do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Composição dos Investimentos	Posição em 2009		Posição em 2010		Limites Política Faixas de alocação			Limites 3.792
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Mín	% Máx	% Alvo	
<b>Total das Aplicações</b>	<b>1.761.064.547</b>	<b>100,00</b>	<b>1.914.351.666</b>	<b>100,00</b>	-	-	-	
Renda Fixa	1.250.446.254	71,01	1.361.983.818	71,15	63	73	68	
Renda Variável	411.244.056	23,34	427.517.717	22,33	12	35	23	
Imóveis	28.859.427	1,64	26.739.833	1,40	0,7	3	1,5	
Empréstimos	46.282.222	2,63	48.348.881	2,53	1	5	2,5	
Investimentos Estruturados	24.051.991	1,37	49.472.993	2,58	3	7	5	
Disponível em caixa	180.597	0,01	288.424	0,01	-	-	-	

## 2. TAXA MÍNIMA ATUARIAL E RENTABILIDADES

(Inciso IV, V e VIII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Segmento	Benchmark 2009	2009		Benchmark 2010	2010	
		% Rentabilidade	% Benchmark		% Rentabilidade	% Benchmark
Renda Fixa	IMA Balanceado	17,96	19,22	IMA Balanceado	19,26	18,74
Renda Variável	40% IBOV+ 60% IBRX50	68,35	76,41	40% IBOV+ 60% IBRX50	2,39	0,88
Imóveis	IPCA + 6%a.a.	9,66	10,57	IPCA + 6%a.a.	15,67	12,26
Empréstimos	INPC + 6%a.a.	13,27	10,36	INPC + 6%a.a.	14,88	12,85
Estruturados <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	0,94	-
<b>Rentabilidade Total</b>	<b>IPCA + 6%a.a.</b>	<b>22,34</b>	<b>10,57</b>	<b>IPCA + 6%a.a.</b>	<b>11,47</b>	<b>12,26</b>

<sup>(1)</sup> No ano de 2009 o segmento de Estruturados fazia parte da Renda Variável

## 3. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA (EM RELAÇÃO AO IPCA+6% a.a.)

(IN SPC 14 DE 18/01/2007 e IN SPC 21 DE 07/04/08)

Mês	SEGMENTO DE RENDA FIXA	SEGMENTO RENDA VARIÁVEL	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	SEGMENTO DE IMÓVEIS	SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS	CONSOLIDADO	TMA (Mensal)
jan-10	-0,16%	-5,43%	-1,08%	-0,58%	-0,17%	-1,42%	1,24%
fev-10	-0,02%	0,16%	-1,16%	-0,59%	-0,33%	-0,01%	1,27%
mar-10	0,42%	4,26%	-0,56%	-0,22%	0,58%	1,26%	1,01%
abr-10	0,21%	-4,75%	-1,16%	-0,28%	0,35%	-0,99%	1,06%
mai-10	0,12%	-7,09%	-1,00%	-0,12%	0,50%	-1,53%	0,92%
jun-10	0,47%	-4,65%	-0,65%	0,25%	0,95%	-0,64%	0,49%
jul-10	0,42%	10,35%	-0,19%	0,30%	0,64%	2,46%	0,50%
ago-10	0,34%	-3,70%	-0,67%	0,30%	0,17%	-0,59%	0,53%
set-10	-0,08%	5,67%	-0,56%	-0,17%	-0,24%	1,14%	0,94%
out-10	0,01%	0,92%	-1,06%	2,41%	-0,54%	0,21%	1,24%
nov-10	-0,09%	-4,75%	-1,58%	2,15%	-0,08%	-1,17%	1,32%
dez-10	0,50%	1,26%	-1,02%	-0,39%	0,51%	0,62%	1,12%
<b>Acumulado 12 meses</b>	<b>2,39%</b>	<b>-9,87%</b>	<b>-10,19%</b>	<b>3,41%</b>	<b>2,62%</b>	<b>-0,79%</b>	<b>12,26%</b>
<b>Acumulado 36 meses</b>	<b>11,49%</b>	<b>-32,60%</b>	<b>-10,19%</b>	<b>60,08%</b>	<b>15,52%</b>	<b>1,52%</b>	<b>36,23%</b>

Divergência Não Planejada - Atendimento às Instruções Normativas da SPC nº 14, de 18/01/2007 e nº 21, de 07 de abril de 2008. Refere-se à diferença entre a rentabilidade de cada segmento e a Taxa Mínima Atuarial - TMA (IPCA + 6% ao ano), mês a mês, calculada pelo fluxo diário dos ativos.

As justificativas técnicas constam em relatórios específicos, atestadas pelo Administrador Estatutariamente Tecnicamente Qualificado e entregue ao Conselho Fiscal. O documento original encontra-se a disposição da Secretaria de Previdência Complementar.

## 4. DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

(Resolução CMN nº 3.792 - Relatório 2010 - Posição em 31/12/2010)

DISCRIMINAÇÃO	Gestão	VALOR ( R\$)	% APLIC.
<b>TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS</b>		<sup>(2)</sup> <b>1.914.351.598,20</b>	<b>100,00%</b>
<b>DISPONÍVEL/IMEDIATO</b>	Própria	<b>288.423,44</b>	<b>0,02%</b>
<b>A - SEGMENTO DE RENDA FIXA</b>		<b>1.361.983.818,46</b>	<b>71,15%</b>
<b>A1 - TÍTULO DA CARTEIRA PRÓPRIA</b>	Própria	<b>1.209.583.581,26</b>	<b>63,19%</b>
<b>1 - TÍTULOS PÚBLICOS</b>		<b>1.151.326.238,82</b>	<b>60,14%</b>
<b>BAIXO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>1.151.326.238,82</b>	<b>60,14%</b>
NTN-B-Notas do Tesouro Nacional-Série B		1.067.044.394,17	55,74%
NTN-C-Notas do Tesouro Nacional-Série C		84.281.844,65	4,40%
<b>2 - TÍTULOS PRIVADOS</b>		<b>58.257.342,44</b>	<b>3,04%</b>
<b>BAIXO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>58.257.342,44</b>	<b>3,04%</b>
<b>1 - Certificados de Recebíveis</b>		<b>1.675.346,87</b>	<b>0,09%</b>
Rio Bravo Securitizadora		1.675.346,87	0,09%
<b>2 - DPGE</b>		<b>25.811.633,40</b>	<b>1,35%</b>
Banco PINE		21.605.803,69	1,13%
Banco Industrial e Comercial S.A.(BICBANCO)		4.205.829,71	0,22%
<b>3 - Certificado de Depósito Bancário - Pós-Fixado</b>		<b>30.770.362,17</b>	<b>1,61%</b>
Paraná Banco		15.631.497,85	0,82%
Banco Industrial do Brasil S.A.		15.138.864,32	0,79%
<b>A2 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO</b>		<b>154.888.584,84</b>	<b>8,09%</b>
<b>1 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA</b>		<b>141.872.215,68</b>	<b>7,41%</b>
BRZ Crédito Privado FIM	Terceirizada	8.461.423,21	0,44%
BNP Paribas Troppo Sud Fim	Terceirizada	5.126.650,51	0,27%
FI Votorantim Institucional	Terceirizada	1.636.674,89	0,09%
UBS Pactual Emissões Primárias	Terceirizada	16.204.971,47	0,85%
UBS Pactual Yield DI Referenciado	Terceirizada	90.211.946,42	4,71%
BRZ Multirecebíveis	Terceirizada	20.230.549,18	1,06%
<b>2 - QUOTAS DE FIDC</b>		<b>13.016.369,16</b>	<b>0,68%</b>
FIDC Caixa UBS Pactual	Terceirizada	3.482.946,07	0,18%
FIDC Caixa UBS Pactual II	Terceirizada	9.533.423,09	0,50%
<b>A3 - EXIGÍVEL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>		<b>(2.488.347,64)</b>	<b>-0,13%</b>
Honorários Advocáticos		(2.488.347,64)	-0,13%
<b>B - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL</b>		<b>427.517.648,37</b>	<b>22,33%</b>
<b>B1 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - MÚTUOS</b>		<b>150.100.389,21</b>	<b>7,84%</b>
BBM Valuation FIA	Terceirizada	15.077.043,79	0,79%
BBM Valuation II FIC FIA	Terceirizada	993.735,09	0,05%
Bradesco FIA Dividendos	Terceirizada	23.995.447,28	1,25%
Rio Bravo Fundamental Institucional FIA	Terceirizada	7.017.209,59	0,37%
ETF Ishares BOVA11	Terceirizada	40.835.401,29	2,13%
Quest Ações Institucional FIA	Terceirizada	6.277.584,00	0,33%
Bradesco FIA Institucional IBX Ativo	Terceirizada	55.903.968,14	2,92%
<b>B2 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - EXCLUSIVOS</b>		<b>277.417.259,16</b>	<b>14,49%</b>
BRAM FIB FIA	Terceirizada	59.639.277,71	3,12%
FIA Merlot	Terceirizada	79.187.599,82	4,14%
FI FIB Ações Previdenciárias	Terceirizada	66.408.145,72	3,47%
Schroder FIB FIA	Terceirizada	72.182.236,03	3,77%

<b>C - SEGMENTO DE ESTRUTURADOS</b>		<b>49.472.993,05</b>	<b>2,58%</b>
<b>C1 - QUOTAS DE FUNDOS ESTRUTURADOS</b>		<b>49.472.993,05</b>	<b>2,58%</b>
Capital Mezanino FIP	Terceirizada	8.478.112,19	0,44%
Capital Mezanino FIP II	Terceirizada	447.101,60	0,02%
Empreendedor Brasil	Terceirizada	5.313.407,98	0,28%
FIP Terra Viva	Terceirizada	2.523.180,58	0,13%
Fundo Brascan Petróleo e Gás	Terceirizada	2.091.008,36	0,11%
Logistica Brasil FIP	Terceirizada	18.962.939,02	0,99%
Patria Real Estate II Private	Terceirizada	469.673,62	0,02%
Rio Bravo Energia I	Terceirizada	2.968.494,86	0,16%
BTG Capital Protegido II Ibovespa	Terceirizada	4.221.034,80	0,22%
Santander Capital Protegido Institucional Multimercado	Terceirizada	3.998.040,04	0,21%
<b>D - SEGMENTO DE IMÓVEIS</b>		<b>26.739.833,46</b>	<b>1,40%</b>
<b>D1 - EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO</b>	Própria	<b>1.204.371,46</b>	<b>0,06%</b>
Edifício Governador Parigot de Souza Rua Comendador Araújo - 551 - Centro - Curitiba - PR - Térreo, 5º e 9º andar		1.204.371,46	0,06%
<b>D2 - EDIFICAÇÕES LOCADAS À PATROCINADORA</b>	Própria	<b>9.991.926,37</b>	<b>0,52%</b>
Edifício Governador Parigot de Souza Comendador Araújo - 551 - Centro-Curitiba-PR		9.991.926,37	0,52%
<b>D3 - EDIFICAÇÕES PARA RENDA</b>	Própria	<b>15.543.535,65</b>	<b>0,81%</b>
7º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.492.800,98	0,08%
9º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.730.171,43	0,09%
10º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.745.476,88	0,09%
11º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.758.059,30	0,09%
13º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.156.080,34	0,06%
24º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.897.245,09	0,10%
25º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.854.013,91	0,10%
26º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.864.357,97	0,10%
R. Mal. Deodoro, 630 - Centro - Curitiba - PR			
Direitos em Alienação de Investimentos em Imóveis		1.997.822,50	0,10%
Aluguéis a Receber		47.507,25	0,00%
<b>E - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES</b>	Própria	<b>48.348.881,42</b>	<b>2,53%</b>
Empréstimos Simples		48.348.881,42	2,53%
(-) Liberação de Empréstimos		-	0,00%

(2) O TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS não inclui os débitos do patrocinador oriundos da reversão da dação em pagamento, no valor de R\$ 86.060.744,42.

### Informações gerais:

Custodiante: Banco Bradesco S.A  
 Responsável pela controladoria: Banco Bradesco S.A  
 Responsável pela consolidação: Banco Bradesco S.A  
 Responsável pelo controle do risco: Fundação Itaipu  
 Responsável pela auditoria de gestão: BDO Trevisan Auditores Independentes

**Informações do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado**, parágrafo 5º, do Artigo 35 da Lei Complementar nº 109, 29/05/2001  
 Administrador Qualificado: Silvio Renato Rangel Silveira - Diretor Superintendente da FIBRA - Tel: 41-3321.4001 e-mail: rangel@fundacaoitaipu.gov.br

## 5. DEMONSTRATIVO POR TIPO DE GESTÃO: TERCEIRIZADA OU PRÓPRIA Data: 31/12/2010

(Inciso III e VII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

TIPO DE GESTÃO / GESTORES	RENDA FIXA	%	RENDA VARIÁVEL	%	ESTRUTURADOS	%	OPERAÇÃO C/ PART.	%	IMÓVEIS	%	TOTAL	% sobre o total
1 - GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA	1.207.383.657,06	88,63	-	-	-	-	48.348.881,42	100,00	26.739.833,46	100,00	1.282.472.371,94	66,99
2 - GESTÃO TERCEIRIZADA	154.888.584,84	11,37	427.517.648,46	100,00	49.472.993,05	100,00	-	-	-	-	631.879.226,35	33,01
BANCO SANTANDER S/A	-	-	79.187.599,82	18,52	3.998.040,04	8,08	-	-	-	-	83.185.639,86	4,35
BANCO BBM S/A	-	-	16.070.778,88	3,76	-	-	-	-	-	-	16.070.778,88	0,84
BANCO BNP PARIBAS S/A	5.126.650,51	0,38	-	-	-	-	-	-	-	-	5.126.650,51	0,27
BANCO BRADESCO S/A	-	-	139.538.693,13	32,64	-	-	-	-	-	-	139.538.693,13	7,29
BANCO BRASCAN S/A	-	-	-	-	2.091.008,36	4,23	-	-	-	-	2.091.008,36	0,11
QUEST INVESTIMENTOS	-	-	6.277.584,00	1,47	-	-	-	-	-	-	6.277.584,00	0,33
BLACK ROCK	-	-	40.835.401,29	9,55	-	-	-	-	-	-	40.835.401,29	2,13
BRZ ADM DE RECURSOS S/A	28.691.972,39	2,11	-	-	24.276.347,00	49,07	-	-	-	-	52.968.319,39	2,77
DGF GESTÃO DE FUNDOS LTDA	-	-	-	-	2.523.180,58	5,10	-	-	-	-	2.523.180,58	0,13
PATRIA INVESTIMENTOS	-	-	-	-	469.673,62	0,95	-	-	-	-	469.673,62	0,02
RIO BRAVO	-	-	7.017.209,59	1,64	2.968.494,86	6,00	-	-	-	-	9.985.704,45	0,52
NEO INVESTIMENTOS	-	-	-	-	8.925.213,79	18,04	-	-	-	-	8.925.213,79	0,47
SCHRODER INVEST. BRASIL S/A	-	-	72.182.236,03	16,88	-	-	-	-	-	-	72.182.236,03	3,77
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S/A DTVM	119.433.287,05	8,77	-	-	4.221.034,80	8,53	-	-	-	-	123.654.321,85	6,46
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	1.636.674,89	0,12	66.408.145,72	15,53	-	-	-	-	-	-	68.044.820,61	3,55
<b>TOTAL GERAL</b> (% s/ o total dos investimentos)	<b>1.362.272.241,90</b>	<b>71,16</b> <sup>(3)</sup>	<b>427.517.648,46</b>	<b>22,33</b>	<b>49.472.993,05</b>	<b>2,58</b>	<b>48.348.881,42</b>	<b>2,53%</b>	<b>26.739.833,46</b>	<b>1,40%</b>	<b>1.914.351.598,29</b>	<b>100,00</b>

(3) Percentual contempla os recursos da conta disponível / imediato.

## 6. RISCO DE MERCADO MENSAL (21 DIAS ÚTEIS) - INTERVALO DE CONFIANÇA DE 95%

VaR - Valor em Risco	2009		2010		% Limite Política
	Valor R\$	% do Valor	Valor R\$	% do Valor	
Segmento de Renda Fixa	10.600.671	0,85	22.292.369	1,63	1,50 <sup>(4)</sup>
Segmento de Renda Variável	12.496.592	2,87	25.071.507	0,56	8,00 <sup>(5)</sup>

(4) Alterado o limite na Política de Investimentos para 2009 para 1,50% ao mês.

(5) Para o segmento de Renda Variável o risco é avaliado através da limitação do risco da carteira, que será limitado a uma perda de no máximo 8,00% ao ano em relação ao benchmark do fundo (Ibovespa ou IBX-50).

## 7. RISCO DE CRÉDITO <sup>(6)</sup>

Segmento de Renda Fixa	2009	2010	% Limite Resolução 3.792
Baixo Risco de Crédito Tesouro	90,86%	84,27%	100,00%
Baixo Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	9,14%	15,73%	80,00%
Médio e Alto Risco de Crédito	-	-	20,00%

(6) Percentual em relação à carteira de investimentos.

## 8. EMISSÕES DE TÍTULOS PRIVADOS CARTEIRA PRÓPRIA

EMPRESA	APLICAÇÃO ATUAL	% PL
<b>EMPRESAS FINANCEIRAS</b>	<b>56.581.995,57</b>	<b>2,96</b>
Banco PINE	21.605.803,69	1,13
Banco Industrial e Comercial S.A. (BICBANCO)	4.205.829,71	0,22
Paraná Banco S.A.	15.631.497,85	0,82
Banco Industrial do Brasil S.A.	15.138.864,32	0,79
<b>EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS</b>	<b>1.675.346,87</b>	<b>0,09</b>
Rio Bravo Securitizadora S.A.	1.675.346,87	0,09
<b>Total</b>	<b>58.257.342,44</b>	<b>3,04</b>

## 9. INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS <sup>(7)</sup>

DESCRIÇÃO	2009	2010
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS DA FIBRA</b>	<b>8.244.218,10</b>	<b>9.106.546,49</b>
Pessoal e Encargos	6.038.744,67	6.568.069,93
Despesas com treinamentos - inscrições e viagens	83.060,62	76.279,70
Consultoria atuarial	91.747,08	101.604,34
Auditoria Externa	13.167,23	13.499,58
Consultoria de Investimentos	170.011,50	198.736,27
ANBID, ANDIMA e Economática	21.238,40	21.520,90
Despesas advocatícias	193.790,06	235.518,97
Comunicação Social	61.085,82	57.702,90
Consultoria de RH	56.110,73	39.263,79
Manutenção de equipamentos e software	135.273,25	137.706,31
Consultoria do Sistema de Gestão da Qualidade	78.548,00	117.112,47
Microfilmagem/digitalização e armazenagem de docs.	13.231,57	16.321,37
Estagiários, mensageiros e outros	46.622,80	52.437,21
Material de expediente	40.049,82	52.393,89
Seguros	-	35.758,29
Aluguéis	164.939,03	205.559,13
Água, Luz e Telefone	41.679,86	41.615,85
Associações de Classe	44.916,11	54.120,67
Despesas de viagens	154.982,86	230.910,26
Despesas postais e telegráficas	41.868,87	45.333,71
Conservação, limpeza, copa, manutenção e condução e transporte	61.902,07	48.301,69
Despesas legais e tributárias (PIS, COFINS, TAFIC)	541.231,75	598.901,26
Jornais, livros e revistas	13.044,63	31.125,38
Depreciações e Amortizações	136.971,37	126.752,62

CUSTOS DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS		
DESCRIÇÃO	2009	2010
<b>1 - DESPESAS CONTABILIZADAS DIRETAMENTE NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>	<b>601.589,61</b>	<b>915.229,58</b>
Honorários Advocatícios - recuperação de investimentos	201.656,61	290.964,37
IPTU e Condomínio de imóveis não locados e taxa de venda de imóveis	128.565,32	334.335,97
Custódia/Controladoria	204.707,25	230.814,59
SELIC, CETIP e outras	66.660,43	59.114,65
<b>2 - DESPESAS DEBITADAS NOS FUNDOS EXCLUSIVOS</b>	<b>1.184.236,53</b>	<b>1.578.868,00</b>
Auditoria Externa	8.544,00	11.961,60
Custódia/Controladoria	88.625,06	119.066,79
Corretagens	299.780,06	507.560,78
SELIC, CETIP, CBLC e outras	32.870,16	46.813,30
Taxa de Performance Fee	-	1.957,68
Taxa de Administração dos fundos exclusivos	698.737,25	824.307,85
Taxa de Fiscalização da CVM	55.680,00	67.200,00
<b>TOTAL DOS CUSTOS DE GESTÃO DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>1.785.826,14</b>	<b>2.494.097,58</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>10.030.044,24</b>	<b>11.600.644,07</b>

<sup>(7)</sup> Despesas Administrativas do Plano de Benefícios divulgadas em atendimento ao parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e Resolução CGPC nº 23, de 06/12/2006.

## 10. INFORMAÇÕES GERAIS

Custodiante: Banco Bradesco S.A.  
 Responsável pela controladoria: Banco Bradesco S.A.  
 Responsável pela consolidação: Banco Bradesco S.A.  
 Responsável pelo controle do risco: Fundação Itaipu-BR  
 Responsável pela auditoria de gestão: BDO Trevisan Auditores Independentes